

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ROSANGELA JOVINO ALVES

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA
EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS

MARINGÁ – PR
2010

ROSANGELA JOVINO ALVES

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA
EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

MARINGÁ
2010

ROSANGELA JOVINO ALVES

**UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA
EVIDENCIALIDADE EM DISCURSOS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente da Banca – Orientador

Prof. Dr. Pedro Luís Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Dedico este trabalho

*Aos meus pais e à minha filha, já tão amada, que
está a caminho.*

RESUMO

O estudo das modalidades é complexo e envolve os mais variados aspectos da língua em uso, pois o falante modaliza seu discurso de acordo com suas necessidades e com o meio no qual está inserido. Neste trabalho, analisa-se a modalidade epistêmica, a qual está relacionada ao conhecimento do falante e à qualificação desse conhecimento na forma de certeza, dúvida, comprometimento ou isenção de responsabilidade. Investiga-se também a evidencialidade, categoria responsável por representar as fontes que o falante apresenta para dar garantia às informações prestadas em seu discurso, e que permite que o falante se insira como fonte ou indique uma fonte responsável pela informação. Como *corpus* de análise, foram selecionados discursos da Senadora Marina Silva e da Senadora Heloisa Helena, devido à referência que elas possuem na política brasileira, e por seus discursos, muitas vezes, serem alvos de polêmicas e sempre possuírem forte impacto sobre a sociedade. A análise da modalidade epistêmica e da evidencialidade apresenta os usos e os meios de expressão dessas duas marcas discursivas nos discursos das senadoras. Dessa forma, é possível identificar de que forma esses dois fenômenos linguísticos contribuem para a constituição do *ethos* dos políticos, ou seja, de que forma contribuem para a elaboração da imagem que o falante/sujeito do discurso constrói para que seu ouvinte se identifique e se projete nela. Para a codificação dos dados referentes à análise dos discursos selecionados, foi utilizado o programa *Systemic Coder*, o qual permitiu que a frequência de ocorrência das marcas linguísticas estudadas fosse analisada sistemicamente. A análise dos usos e dos meios de expressão da modalidade epistêmica e da evidencialidade revelou as características mais evidentes dos discursos políticos, como o uso de expressões que exprimem dúvidas, utilizadas pelos políticos para se isentarem de uma responsabilidade maior em relação à informação. Também a subjetividade está presente nesses discursos, permitindo que os políticos apresentem suas informações com base em suas experiências de mundo, o que lhes permite criar certa proximidade com os ouvintes. A análise da evidencialidade também revelou que as fontes, especialmente as apresentadas como responsáveis por informações mais polêmicas ou graves, são terceirizadas, isentando o falante da responsabilidade pelo que é dito, apontando uma fonte qualificada ou mesmo alguém responsável pela informação apresentada. Assim, este trabalho, por meio da análise da modalidade epistêmica e da evidencialidade em discursos políticos, apresenta apontamentos sobre a constituição do *ethos* das figuras políticas, o qual tem muitas de suas características relacionadas a essas marcas linguísticas.

Palavras- chave: modalidade epistêmica, evidencialidade, discursos políticos

ABSTRACT

The study of modalities is complex and involves various aspects of language in use, because speakers modalize their speech according to their needs and to the communicative context in which he is inserted. This paper analyzes epistemic modality, which is related to the knowledge of the speaker and the consideration of that knowledge in the form of certainty, doubt or compromise. It also investigates evidentiality, category responsible for representing the sources that the speaker has to give security to the information provided in his speech, and that allows the speaker to insert himself as a source or specify a source responsible for the information. The *corpus* is formed by speeches by Senator Marina Silva and Senator Heloisa Helena, due to the reference that they have in Brazilian politics, and to the fact that their speeches are often target of polemics and always have a strong impact on the society. The analysis of epistemic modality and evidentiality presents the ways and means of expression of these two discursive marks in the discourses of the senators. Thus, it is possible to identify how these two linguistic phenomena contribute to the formation of the *ethos* of the politicians, or how it contributes to the elaboration of the image that the speaker / subject of the discourse constructs to the listener identify and design in it. For coding of data concerning to the selected speeches, Systemic Coder program was used. This software enables quantitative analysis of frequency of occurrence of linguistic traces systemically. The analysis of the uses and modes of expression of epistemic modality and evidentiality revealed the salient features of political discourse, as the use of words expressing doubt, used by politicians to exempt a larger responsibility for the information. Subjectivity is also present in these speeches, allowing politicians to present their information based on their experiences of the world, allowing them to create a certain proximity to the listeners. The analysis of evidentiality also revealed that sources, especially those responsible for information presented as the most controversial or serious, are outsourced, freeing the speaker from responsibility for what is said, pointing to a qualified source, or even someone responsible for the information presented. This work, through the analysis of epistemic modality and evidentiality in political speeches, provides insights into the formation of the *ethos* of political figures, which has many of its features related to these linguistic traces.

Keywords: epistemic modality, evidentiality, political speeches

LISTA DE ESQUEMAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Esquema 1 | Classificação da EV..... | 37 |
| Esquema 2 | Divisão das modalidades de acordo com a GF..... | 40 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | Exemplo de esquema elaborado para análise no programa Systemic Coder..... | 54 |
| Figura 2 | Exemplo de codificação da EV por meio do Systemic Coder..... | 55 |
| Figura 3 | Exemplo de análise da EV em que há ocorrência de EV indireta, sendo que há opções de escolha para inferida ou relatada..... | 56 |
| Figura 4 | Exemplo de análise de EV relatada com opções de escolha para fonte definida, fonte indefinida e domínio comum..... | 57 |
| Figura 5 | Exemplo de análise em que aparecem as opções de escolhas da forma de expressão da EV..... | 58 |
| Figura 6 | Exemplo da tela de resultados da codificação fornecida pelo Systemic Coder..... | 59 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|----|
| Quadro 1 | Frequência de ocorrência da EV do tipo direta e do tipo indireta..... | 61 |
| Quadro 2 | Frequência de ocorrência da EV indireta de tipo inferida e de tipo relatada..... | 65 |
| Quadro 3 | Frequência de ocorrência da EV relatada de fonte definida, fonte indefinida e de domínio comum..... | 67 |
| Quadro 4 | Frequência de ocorrência das formas de expressão da EV..... | 79 |
| Quadro 5 | Frequência de ocorrência da ME objetiva e da ME subjetiva..... | 86 |
| Quadro 6 | Frequência de ocorrência da ME representada por expressões de dúvida ou de certeza..... | 90 |
| Quadro 7 | Frequência de ocorrência das formas de expressão da ME..... | 94 |
| Quadro 8 | Frequência de ocorrência de formas verbais em primeira pessoa indicando EV relatada e frequência de ocorrência de formas verbais de crença e opinião em primeira pessoa indicando ME..... | 99 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----|--------------------------------|
| MS | Marina Silva |
| HH | Heloísa Helena |
| ME | Modalidade Epistêmica |
| EV | Evidencialidade |
| EC | Estado de Coisas |
| GF | Gramática Funcional |
| GDF | Gramática Discursivo-Funcional |
| RRG | Role and Reference Grammar |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 1.1 O DISCURSO POLÍTICO | 14 |
| 1.2 A TEORIA FUNCIONALISTA..... | 19 |
| 1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MODALIDADES E DA EV..... | 25 |
| 1.3.1 As modalidades..... | 25 |
| 1.3.1.1. Considerações acerca da ME | 29 |
| 1.3.2 Considerações acerca da EV | 35 |
| 1.4 MODALIDADE EPISTÊMICA X EVIDENCIALIDADE..... | 39 |
| 1.5 MEIOS DE EXPRESSÃO DA ME E DA EV..... | 41 |
| 1.5.1 Expressão da ME..... | 42 |
| 1.5.1.1 Verbos (auxiliares modais):..... | 42 |
| 1.5.1.2 Verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber..... | 43 |
| 1.5.1.3 Advérbio | 43 |
| 1.5.1.4 Adjetivo em posição predicativa..... | 44 |
| 1.5.1.5 Substantivo..... | 44 |
| 1.5.1.6 Categorias gramaticais (tempo/aspecto/modo) do verbo da predicação..... | 44 |
| 1.5.2 Meios de expressão da EV | 45 |
| 1.5.2.1 Verbos..... | 45 |
| 1.5.2.1.1 Verbos Factivos..... | 46 |
| 1.5.2.1.2 Verbos Implicativos | 47 |
| 1.5.2.1.3 Verbos de Elocução | 47 |
| 1.5.2.3 Adjetivo..... | 48 |
| 1.5.2.4 Preposição | 49 |
| 2 METODOLOGIA..... | 50 |
| 2.1 CORPUS | 50 |
| 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 53 |
| 3 ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA ME E DA EV EM DISCURSOS POLÍTICOS | 60 |
| 3.1 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DOS TIPOS DE EV..... | 61 |
| 3.1.1 A análise da frequência de ocorrência dos meios de expressão da EV | 78 |
| 3.2 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DOS TIPOS DE ME | 86 |
| 3.2.1 Análise da frequência de ocorrência dos meios de expressão da ME..... | 94 |

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 104 |

INTRODUÇÃO

Os discursos políticos vêm sendo analisados frequentemente na tentativa de serem identificadas características comuns em sua constituição. Na política brasileira, em especial, há a presença de diversas figuras importantes cujos discursos podem ser analisados. A relação entre as figuras importantes da política e os discursos é bastante presente, pois sempre é necessário recorrer aos discursos, seja para dar uma boa notícia ou falar sobre determinado projeto, seja para justificar sua possível relação em esquemas de corrupção, ou ainda outros assuntos da vida política.

Atualmente os cargos políticos têm sido divididos entre os homens e as mulheres. Ao longo do tempo, as mulheres enfrentaram muitos preconceitos até chegarem onde estão hoje, especialmente no campo da política, que sempre foi visto como um espaço reservado e restrito aos homens. As mulheres tiveram apoio da Lei nº. 9.100 de 29 de setembro de 1995, que, destinada a aumentar a presença feminina no Legislativo, reservava 20% das candidaturas dos partidos políticos para mulheres. Essa cota, contudo, foi restrita às eleições municipais de 1996, por diversos problemas, e foi aperfeiçoada em 1997.

O projeto, que foi apresentado por Marta Suplicy (PT/SP) e contou com a assinatura de mais de 20 deputadas de diversos partidos, entrou como uma emenda da proposta de Lei Eleitoral e sugeria a reserva de vagas para candidatas mulheres nas listas dos partidos e outras medidas de apoio a elas. A aprovação da norma foi uma conquista excepcional para o movimento feminista e para a coletividade das mulheres brasileiras.

Ainda em pequeno número, diante do grande percentual que os homens mantêm, as mulheres apresentam, hoje, destaque em cargos importantes do governo, como nos Ministérios e no Senado, sendo vozes indispensáveis para a política brasileira.

Um dos possíveis fatores responsáveis pela posição dessas mulheres hoje é o discurso. Utilizado como facilitador na relação de candidatos e eleitores durante as campanhas políticas, o discurso é fundamental não somente durante as campanhas, mas também durante o exercício da função, pois é ele que traz justificativas, explicações e argumentos do trabalho de homens e mulheres que fazem parte da política.

Para este trabalho, foram selecionadas duas mulheres, as senadoras Marina Silva e Heloísa Helena (de agora em diante MS e HH, respectivamente). A escolha dessas duas mulheres se justifica pelo destaque que ambas possuem na política. Em seus discursos, geralmente, abordam temas polêmicos e trazem posicionamentos que defendem o interesse da população e contradizem outras posturas políticas. Para justificar ainda mais a importância dos discursos das figuras escolhidas, apresenta-se a seguir um breve histórico de suas carreiras políticas.

De acordo com Rodrigues (2009), Marina Silva iniciou sua carreira política em 1985, quando fundou, ao lado de Chico Mendes, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em seguida, foi eleita vereadora em Rio Branco, no Acre, estado em que nasceu, e depois, Deputada Estadual e Senadora da República. Foi Secretária Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores de 1995 a 1997 e, em 2003, foi nomeada, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ministra do Turismo. Nesse posto, enfrentou conflitos constantes com outros ministros do governo, quando os interesses econômicos se contrapunham aos objetivos de preservação ambiental. Em 13 de maio de 2008, cinco dias após o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), cuja administração foi atribuída a Roberto Mangabeira Unger, Marina Silva entregou sua carta de demissão ao Presidente da República em razão da falta de sustentação à política ambiental. Atualmente, Marina é senadora pelo Estado do Acre.

Segundo Brasil Escola (2010), Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho nasceu em Alagoas em 1962, e desde muito jovem participou de movimentos sociais em prol da minoria e das classes sociais menos favorecidas. A partir de suas manifestações, filiou-se ao PT na década de 90. Além de política, HH é formada em Enfermagem, e também professora de epidemiologia (cargo no qual trabalhou por 14 sem remuneração, para poder participar de movimentos políticos).

Em 1992, HH foi eleita vice-prefeita de Maceió. Dois anos depois, conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa pelo Partido dos Trabalhadores e, em 1998, foi eleita senadora por seu estado natal. HH fez parte do PT até 2003, quando, insatisfeita com as ações do partido, foi expulsa e, ao lado de outros políticos que defendiam os mesmos ideais, formou um novo partido político: o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em seu novo partido, HH enfrentou várias críticas, mas não deixou de defender as causas das camadas mais pobres. Em função de sua luta, recebeu, em 2005, a Medalha Marechal Floriano Peixoto pelo Governo do Estado de

Alagoas e a Medalha de Mérito Pedro Ernesto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, foi eleita como a mulher mais influente na política e no legislativo Brasileiro pela revista *Forbes Brasil* e Personalidade do ano de 2005 pela revista *Isto É Gente*. No Senado Federal, HH fez parte das Subcomissões Permanentes do Idoso e de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis, Comissão Especial do Rio São Francisco e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar a modalidade epistêmica e a evidencialidade (de agora em diante ME e EV, respectivamente) no discurso político. Essa análise apresentará os usos e os meios de expressão da ME e da EV nos discursos das senadoras apresentadas. Dessa forma, será possível verificar como a ME e EV são utilizadas pelos políticos para a construção de seu *ethos* discursivo, ou seja, para a construção da imagem que o falante/sujeito do discurso constrói para que seu ouvinte se identifique e se projete nela.

Para esta pesquisa, será utilizado o conceito de *ethos* apresentado pela Análise do Discurso, a qual está presente neste trabalho, em caráter instrumental, a fim de embasar os pontos sobre o discurso político e sobre os elementos que contribuem para sua construção.

Uma das correntes linguísticas que investiga a ME e a EV é o Funcionalismo. Neste trabalho, optou-se por essa vertente teórica pelo fato de o Funcionalismo estudar a língua em uso, valorizar a produção linguística dos falantes e investigar as funções que os elementos linguísticos exercem para que os falantes obtenham sucesso comunicativo. A escolha do paradigma funcional permite que os fatores linguísticos e os fatores pragmáticos que norteiam os discursos possam ser analisados. Assim, neste trabalho, busca-se, por meio da análise dos elementos linguísticos que representam ME e EV, identificar de que forma essas marcas discursivas contribuem para a constituição do *ethos* discursivo político.

Em termos de organização, este trabalho está organizado em 4 capítulos. No Capítulo 1, apresenta-se a fundamentação teórica que embasa o trabalho. Essa fundamentação é composta inicialmente de informações sobre o discurso político a fim de propiciar ao leitor o conhecimento da importância desses discursos e a maneira como eles têm sido estudados. Também nesse capítulo estão as considerações teóricas sobre as modalidades, sobre a ME e suas principais formas de expressão. Ainda no capítulo 1 encontram-se os fundamentos sobre a EV e suas

formas de expressão, bem como os pontos complexos de distanciamento e proximidade na relação entre ME e EV.

O Capítulo 2 deste trabalho traz as informações sobre a composição do *corpus* de análise. Nesse capítulo estão elencados os discursos estudados, e, posteriormente, está a metodologia utilizada para a análise desses discursos. No tópico sobre a metodologia, especifica-se, passo a passo, o procedimento metodológico adotado.

No Capítulo 3, apresentam-se as análises realizadas. Essas análises estão divididas em duas seções diferentes: na primeira encontram-se os quadros e as análises da frequência de ocorrência de cada um dos tópicos relevantes em relação aos tipos de ME e aos tipos de EV. Na segunda, encontram-se os quadros e as análises da frequência de ocorrência da ME e da EV.

A última parte do trabalho é composta pelas considerações finais que reafirmam as principais observações feitas a partir da realização deste trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, será apresentada a base teórica que fundamenta este trabalho. Para isso, serão apresentadas considerações acerca da teoria funcionalista e acerca da forma como as modalidades e a evidencialidade têm sido abordadas pelo funcionalismo. O capítulo é iniciado pelas considerações acerca do discurso político, de suas características e da importância de sua análise.

1.1 O DISCURSO POLÍTICO

A língua disponibiliza aos seus usuários uma infinidade de possibilidades em relação à vida cotidiana. Essas possibilidades vão desde a comunicação diária até a manipulação e a influência sobre o outro, e isso é possível, principalmente, pelos discursos.

O discurso é visto pelos leigos como uma forma de expressão de opinião realizada, principalmente durante as campanhas políticas. Nessa visão, o discurso serve apenas para informar as pessoas, expressar opiniões e defender ideais. Porém, os discursos em geral e especialmente os discursos políticos são mais que isso, e esse ponto de vista tem sido mostrado pelos estudos de Análise do Discurso de linha francesa (AD).

Nos últimos tempos, os trabalhos em Análise do Discurso (AD) têm recebido destaque por sua explicação de fenômenos linguísticos a partir, principalmente, do sujeito da enunciação, ou, como aponta Orlandi (2006), a partir do sujeito, da história e da língua. Dessa forma, o discurso deixa de ser visto como apenas um monólogo e passa a ser, como afirma Pêcheux (1969), mais do que transmissão de informação (mensagem), ele é efeito de sentido entre locutores. Charadeau (2006, p. 65) completa essa ideia afirmando que “o “discurso” é geralmente definido como um enunciado emitido sob condições ou produção definidas”. Também podemos acrescentar a essas definições a afirmação de Fiorin (2000) ao tratar sobre os atos de comunicação (dentre eles os discursos):

a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. (p. 52)

Assim, ao considerar essas definições, vê-se a necessidade de explicitar as singularidades do discurso político. Essas singularidades se constituem, também, pelo fato de fazerem uso da ME e da EV, e pelo fato de que esses discursos são determinados por ideologias e crenças e também são importantes formadores de ideologias e crenças na sociedade moderna. É nos estudos dos discursos políticos que tem sido discutida a questão da palavra política e sua legitimidade, pois o discurso político carrega em si um conceito de verdade que busca convencer o outro.

No campo político, o convencimento sobre a verdade do que é dito é o objetivo principal, uma vez que o falante expõe suas ideias, seus princípios, seus objetivos e suas possíveis contribuições para a sociedade em que está inserido, em busca de ocupar um lugar no cenário político. Dessa forma, para fazer análise do discurso político é necessário considerar a comunidade discursiva na qual ele está presente e qual o seu objetivo diante desta. Para exemplificar essa necessidade, considera-se a dependência do enunciador (político) pela formação de opinião do interlocutor (ouvinte/eleitor) em seu favor. Como afirma Charadeau (2006, p. 16), no ato de comunicação, “o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um *princípio de influência*, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele”, e isso é exatamente o que ocorre em discursos políticos.

A democracia política constitui-se principalmente por meio do discurso, pois consiste na entrega do poder a um sujeito que se mostra capaz de assumir as responsabilidades e fazer pelo povo o que há de melhor. Devido às exigências de que esse sujeito seja competente para assumir tal posição, aqueles que se propõem a tal feito assumem, primeiramente, a figura de candidatos políticos, preocupam-se com o seu discurso a fim de usá-lo em seu favor, uma vez que essa é a principal ferramenta no contexto político. Dessa forma, para que obtenham êxito, utilizam diversas estratégias que colaboram para que o crédito necessário para sua ascensão ao cargo político almejado seja alcançado. Assim, todas as ações desses candidatos se realizam de forma a atender, ou pelo menos tentar atender, às demandas socioculturais e econômicas dos eleitores.

Assim, de um modo geral, a construção do discurso político caracteriza-se pelo tom de verdade e seriedade, critérios indispensáveis para que haja convencimento e adesão ao que é apresentado. Entretanto, deve-se salientar que, apesar de ser apresentado como verdadeiro, nem sempre o que é exposto tem fundamentos verdadeiros, servindo apenas para compor a “máscara” adotada durante o processo político. Como afirma Charadeau (2006), “todo político sabe que lhe é impossível dizer tudo, a todo momento, e dizer as coisas exatamente como ele as pensa ou concebe, pois suas palavras não devem atrapalhar sua ação” (p. 104-105).

As “máscaras” adotadas durante o processo de eleição política sofrem alterações após a “aprovação” e ocupação do cargo político, pois o sujeito político adequa-se a um novo ambiente, em que tenta sustentar sua seriedade, sua generosidade e seu comprometimento com o que apresentou durante sua campanha. É nesse momento que suas ideologias se inovam a fim de garantir sua manutenção no cargo que ocupa e, para isso, utiliza-se de novas “artimanhas”. Devido às suas necessidades de influência sobre o outro, o sujeito político, em busca de legitimidade, “manifesta-se na cena do teatro social, com uma dupla identidade, que destina ao outro, seu público, a feição ideal de um cidadão que seria seu duplo, seu cúmplice” (CHARADEAU, 2006, p. 65).

No desempenho do cargo político, em alguns casos, surgem escândalos, CPIs e ações inescrupulosas, que levantam questionamentos sobre a índole do sujeito político envolvido. Assim, mais uma vez, o sujeito político argumenta e busca, por meio de seu discurso, se defender, ou mesmo, garantir sua credibilidade. Porém, enfrenta também um dos mais sérios problemas do discurso político, que é a perda de credibilidade acarretada no decorrer dos anos. Como afirma Courtine (2006, p. 83), “o discurso político realmente sofre de um certo descrédito que leva à rejeição de certas formas do discurso político”.

O descrédito acarretado pela repetição de formas “cristalizadas” no discurso político exige de seus usuários maior elaboração, maior competência linguística para que seja aceito e obtenha o efeito desejado. A garantia da conquista e do convencimento dos ouvintes/eleitores, por meio do discurso político, é mediada pelo que Maingueneau (2006) denomina *ethos discursivo*.

Segundo esse autor, não há uma definição certa para o conceito de *ethos*. Esse conceito pode ser considerado uma noção discursiva que se constitui

por meio do discurso, não é uma imagem do locutor fora da fala, é um processo interativo de influência sobre o outro. De uma forma simples, pode-se dizer que o *ethos* constitui-se na imagem que o falante/sujeito do discurso constrói para que seu ouvinte se identifique e se projete nela. “O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2006, p. 57).

Como se observa, o *ethos* não é constituído apenas pela linguagem, mas também pela própria imagem que constitui a figura política ideal diante de determinada comunidade. Isso quer dizer que o sujeito tende a modificar sua postura, seu modo de falar, etc., com a intenção de ser “aceito” pela comunidade linguística, garantindo, assim, sua credibilidade. Essas mudanças enfatizam a relação entre o *ethos* e as “mascaras” que os políticos adotam. Um dos elementos que permite essas mudanças e adequações por parte do orador é o uso da ME e da EV. O orador persuadirá seu ouvinte quando seu discurso garantir a seu orador a fidelidade e a credibilidade que seu ouvinte procura. De acordo com Maingueneau (2006, p.55),

a persuasão só é obtida se o auditório pode ver no orador, que ele tem o mesmo *ethos* que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele.

Com base nas informações apresentadas sobre a constituição do sujeito enunciativo do discurso político, vê-se a necessidade de considerar as palavras, as ações, e a figura do enunciativo, bem como o interlocutor e o momento da enunciação, pois todos esses fatores influenciam no resultado da situação comunicativa.

Dessa forma, faz-se necessário apontar uma breve consideração sobre o discurso político no Brasil, objeto de análise deste trabalho. De um modo geral, o cenário político brasileiro sempre teve sua constituição pautada na presença masculina. Isso se deve a uma série de fatores que limitavam a presença feminina na política, não só na vida pública, como também em diversos outros setores.

Após tantas vitórias alcançadas pelas mulheres em busca de uma maior ocupação de setores da vida, como trabalho, escola e outros, uma conquista foi extremamente relevante: a elaboração de uma lei que garante a presença feminina na política. A LEI Nº 9.100, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995, em seu artigo 11, parágrafo 3º, garantiu que “*Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres*” (CARDOSO, 1995). Dois anos depois da primeira formulação de ação afirmativa, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. O parágrafo terceiro do artigo 10º desta Lei ficou assim redigido:

o número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

Apesar da garantia de vagas para o sexo feminino e do aumento do percentual em relação à lei anterior, o principal questionamento em relação à Lei 9.504 estava no verbo “reservar”, pois garantia aos partidos reservar e não necessariamente preencher o percentual de vagas. Essa falha levou a protestos do movimento feminista que conquistou, no ano passado, a aprovação do Projeto de Lei 5.498/09, que garante:

Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

As leis aprovadas garantiram, no papel, a presença feminina na política, porém foi somente a partir da década de 90 que seu papel teve destaque significativo. Assim, já há mulheres ministras, chefes de casas governamentais, senadoras e até mesmo candidatas à Presidência da República. Esse destaque feminino está relacionado ao processo de valorização feminina, e, especialmente, aos discursos, pois são eles que estabelecem o vínculo comunicativo e de reconhecimento entre a figura política e a sociedade para a qual se fala (eleitores).

Desse modo, verificando o exemplo brasileiro de destaque e poder alcançados pelas mulheres, percebe-se a necessidade de desenvolver estudos a fim de verificar a importância dos discursos na conquista de espaços, na defesa de ideais e na vitória de batalhas que são conquistadas, também, por meio da linguagem.

1. 2 A TEORIA FUNCIONALISTA

Os primeiros trabalhos funcionalistas surgiram com a Escola Linguística de Praga e foram evoluindo até obterem a difusão que têm hoje. Essa nova visão surgiu com a necessidade de acrescentar aos estudos da linguagem uma integração de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Definir o funcionalismo, como mostra Neves (2004, p.1),

é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam.

O funcionalismo pode ser apontado como uma visão oposta ao formalismo, porém, devido ao fato de haver diversas correntes funcionalistas, pode-se afirmar que não há um modelo único de análise funcionalista.

Na Europa, destacam-se os trabalhos de Dik (1989, 1997), principal nome ligado à Gramática Funcional (GF), os trabalhos de Hengeveld (2005,2006) ligado à Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e os trabalhos desenvolvidos por Halliday (1970) por meio de sua Gramática Sistemico-Funcional (GSF).

Por outro lado, o funcionalismo também tem destaque na América, com trabalhos como o de Van Valin (1980) que desenvolveu a Gramática de Papel e Referência (Role and Reference Grammar – RRG); e com uma linha funcionalista que ficou conhecida como Funcionalismo da Costa Oeste.

De uma forma geral, os estudos funcionalistas, como afirma Butler (2003), têm como principal fundamento a busca pelo significado da comunicação humana em contextos socioculturais e psicológicos. Esses estudos têm como objeto de

estudo a língua como um instrumento de comunicação, a qual se realiza de acordo com as mais variadas funções.

A classificação do termo “função” é complexa e alvo de discussões. Vários autores já definiram algumas das funções da língua, entre eles estão Roman Jakobson (1969) e Karl Bühler (1934). Para exemplificar algumas das classificações das funções da linguagem dentro do funcionalismo, apresentam-se as propostas por Nuyts (1992a e 1993a). De acordo com esse autor, a língua possui:

Função Informativa: a língua possibilita aos usuários explicitarem suas considerações relevantes na situação comunicativa;

Função Intencional: a língua permite aos usuários explicitar intenções em suas considerações;

Função Social: a língua permite aos usuários que seu uso seja feito de acordo com as normas e regras existentes no que diz respeito às relações interpessoais e sociais;

Função Contextual: a língua permite aos usuários adaptá-la às características específicas do contexto em que ocorre a comunicação;

Também defendendo a ideia de funções linguísticas, Halliday (1994) considera a língua como um instrumento da comunicação e defende que a língua é constituída de acordo com os usos que o falante faz dela e a gramática é fruto desses usos, ou seja, a gramática está relacionada a fatores socioculturais. Dessa forma, Halliday (1994) classifica em três as metafunções da linguagem:

Metafunção ideacional: está relacionada à expressão do conteúdo, o que comumente se denomina significado conectivo. Essa metafunção diz respeito ao modo como a experiência de “realidade” (material e simbólica) das pessoas é construída em seus discursos, com base nas escolhas que realizam em nível gramatical, especialmente no sistema gramatical de transitividade.

Metafunção Interpessoal: é o uso que o falante faz da língua para participar do evento da fala. À essa função está associado o sistema gramatical de modo, ou seja, são as formas pelas quais o falante garante a interação, podendo expressar seu julgamento pessoal, suas atitudes e suas relações estabelecidas com o ouvinte.

Metafunção Textual: diz respeito à criação do texto. Por meio dela a linguagem contextualiza as unidades linguísticas, fazendo com que elas operem no

co-texto e na situação. “O discurso torna-se possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo.” (NEVES, 1997, p.13).

As funções linguísticas propostas por Nuyts e também por Halliday vão ao encontro das capacidades linguísticas dos usuários da língua propostas por Dik (1989). São elas:

Capacidade epistêmica: é a capacidade que o usuário tem de manipular e explorar o seu conhecimento;

Capacidade lógica: com seu conhecimento o usuário é capaz de extrair outras parcelas de conhecimento através da lógica dedutiva e probabilística;

Capacidade perceptual: o usuário é capaz de perceber seu ambiente e derivar seu conhecimento de suas percepções e usá-las para produzir e interpretar expressões linguísticas;

Capacidade social: o usuário não só sabe o que dizer, mas também como dizê-lo em uma situação particular, a um ouvinte particular e com objetivos específicos;

Ao levar em conta as funções da língua e as capacidades do usuário, pode-se considerar que o estudo da língua como instrumento da comunicação é algo minucioso e complexo, por levar em conta diversos fatores além da expressão linguística.

Apesar de existirem diversas definições funcionalistas para o termo “função”, todas elas têm como foco esse termo como um indicador de propósitos de uso da língua e também dos efeitos de uso dessa língua. Assim, à luz das principais definições das teorias funcionalistas para o termo “função”, considera-se essa a definição que mais responde aos questionamentos deste trabalho.

Além da visão de língua como instrumento de comunicação, as teorias funcionalistas também partem da análise de dados empíricos, ou seja, tratam da língua em uso. Por meio da consideração do conhecimento empírico, o funcionalismo investiga as construções linguísticas e as escolhas gramaticais feitas pelo falante a fim de estabelecer a comunicação. Em outras palavras, pode-se dizer que o funcionalismo se preocupa em estudar mecanismos que possibilitam aos usuários da língua fazerem-se entender mutuamente, ter influência no estoque de informação e até mesmo no comportamento do outro (DIK, 1989).

Dik (1989) propõe um modelo para analisar a interação verbal, no qual a informação pragmática e a intenção do falante estão integradas ao conhecimento pragmático e à interpretação do ouvinte.

No modelo proposto por Dik (1989), há a estrutura das sentenças em camadas, as quais são constituídas pelo uso de operadores e satélites, que correspondem à estrutura formal e semântica da sentença. Como aponta Seron (2007, p. 217), “os operadores referem-se às distinções que são gramaticalmente expressas na língua, e os satélites são modificações que são expressas lexicalmente”. Desse modo, de acordo com a constituição e a estrutura da sentença e a consideração de “camadas”, é possível que se examine o enunciado efetivo (no evento de fala) distinguindo o escopo dos diferentes operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) que interferem em cada uma das fases. Para análise das sentenças, leva-se em conta que constituição dos níveis das camadas e as relações entre os operadores e satélites servem para qualificar um fato possível ou um Estado de Coisas (de agora em diante, EC).

O primeiro nível de camadas para constituição das sentenças é o predicado. Nesse nível, são usados operadores de predicado que designam as relações entre os termos da sentença. Assim, o predicado atua apenas na estrutura interna do EC sem considerar o falante ou fatos possíveis, constituindo a chamada predicação central.

A partir do predicado e das relações estabelecidas entre os termos da oração, chega-se ao segundo nível de organização em camadas: o da predicação. É no nível da predicação que são dadas referências sobre o EC, como o tempo, o espaço, o modo etc. Os responsáveis pelas qualificações referenciais são os operadores e satélites de nível 2, que, assim, constituem a chamada predicação estendida.

O terceiro nível proposto por Dik (1989) é o das proposições, assim definidas por Seron (2007, p. 220):

Proposições são coisas que as pessoas podem dizer e conhecer, em que podem acreditar ou sobre as quais ter uma opinião; elas podem demonstrar reações de surpresa ou dúvida; podem negar, rejeitar e lembrar. Além disso, tais coisas podem ser verdadeiras ou falsas. As proposições são consideradas estruturas de ordem-alta e podem designar um “conteúdo proposicional” ou um “fato possível.

A camada das proposições é constituída por operadores e satélites de nível 3, os proposicionais, que expressam uma qualificação subjetiva do falante em relação ao conteúdo do ato de fala. As proposições representam os fatos possíveis, pois é através delas que o falante pode qualificar um EC como possível de ocorrer com base em seu conhecimento subjetivo.

O quarto nível de qualificação das camadas é o da elocução, na qual se constituem os atos de fala. Nesse nível, são utilizados operadores e satélites elocucionais que revestem a sentença de força ilocucionária, ou seja, ela pode ser declarativa, interrogativa etc.

Um exemplo da teoria de Dik pode ser observado nas sentenças a seguir:

Pedro joga bola. (1)

Pedro joga bola todos os dias da semana. (2)

Tenho dúvidas de que Pedro joga bola todos os dias da semana. (3)

Já que você quer saber, tenho dúvidas de que Pedro joga bola todos os dias da semana. (4)

O exemplo (1) está no nível do predicado e constitui uma predicação central. O exemplo (2), por sua vez, está no nível da predicação e traz uma predicação estendida, pois apresenta uma referência temporal para o EC. O exemplo (3) está no nível da proposição, pois traz uma avaliação subjetiva em relação ao EC, qualificando o fato como possível. Já no exemplo (4) há a atuação de um satélite elocucionário que representa uma condição para a ocorrência do ato de fala.

No modelo da GF, os fatores pragmáticos são levados em conta, uma vez que, de acordo com Dik (1989), as escolhas do falante estão pautadas em considerações pragmáticas sobre o que se diz e o que espera do ouvinte. Dessa forma, a integração do estudo de fatores pragmáticos está nos trabalhos funcionalistas, devido à sua grande importância para o objeto de estudo dessa vertente.

As informações pragmáticas podem ser compreendidas de várias formas. De acordo com Pezatti (2004, p. 203):

a composição da informação pragmática é compreendida de *informação a longo prazo*, referente ao mundo real com suas características naturais e culturais e a mundos possíveis ou imaginários; de *informação situacional*, derivada do que os participantes percebem ou experienciam na situação em que a interação ocorre, e de *informação contextual*, derivada das expressões linguísticas que são trocadas antes ou depois de qualquer ponto da interação.

Ao levar em conta as informações pragmáticas existentes na interação comunicativa, o funcionalismo também leva em conta o estatuto das informações apresentadas, considerando as informações “velhas” ou “novas” de acordo com o conhecimento que os falantes têm sobre elas.

Considerar as informações novas ou velhas dependerá da análise de fatores pragmáticos, ou seja, para que uma informação seja considerada velha ou nova, devem-se levar em conta os conhecimentos pragmáticos do falante e do ouvinte.

Dessa forma, pode-se considerar que a interação verbal é mediada pela expressão linguística e estabelecida pela consideração, não só desta, mas também de fatores pragmáticos que norteiam a situação comunicativa e fazem que o falante obtenha êxito na realização da comunicação. Como aponta Neves (1997, p.20),

em qualquer estágio da interação verbal o falante e o destinatário têm informação pragmática. Quando o falante diz algo a seu destinatário, sua intenção é provocar alguma modificação na informação pragmática dele.

Assim, como afirma Neves (2006), incorporar a pragmática na gramática equivale a admitir determinações discursivas na sintaxe. Essa afirmação corrobora o que é proposto por Givón (1984) para as relações entre a sintaxe, a semântica e a pragmática.

Alguns autores que compõem o grupo chamado Funcionalismo da Costa-Oeste rejeitam a ideia de autonomia da gramática e consideram seu uso em função de fatores motivacionais. Esses estudiosos também valorizam a relação entre texto e discurso. Os trabalhos desenvolvidos por Hopper & Thompson, por exemplo, são caracterizados pela visão de uma “Gramática emergente” em que se considera que

não há uma estrutura fixa e que a gramática emerge em consequência do discurso, ou seja, a gramática existe em função do discurso (BUTLER, 2003). Ainda nessa visão, a cognição, especialmente para Givón (1984), é indispensável para compreender os fenômenos linguísticos.

Uma análise linguística deve contemplar as mais variadas situações comunicativas e os mais variados contextos situacionais, para, assim, promover uma análise completa desta. Dessa forma, ao considerar que o funcionalismo leva em conta a análise de dados empíricos e de fatores pragmáticos para o estudo da expressão linguística, verifica-se a importância desses trabalhos para análise de qualquer língua.

Na próxima seção, serão apresentadas, a partir do viés funcionalista, as principais considerações acerca das modalidades (em especial sobre a ME) e da EV.

1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MODALIDADES E DA EV

1.3.1 As modalidades

Para definir a abordagem da ME sob o viés funcionalista, é necessário apresentar uma definição do próprio termo modalidade, pois esse termo é frequentemente associado à categoria verbal de modo.

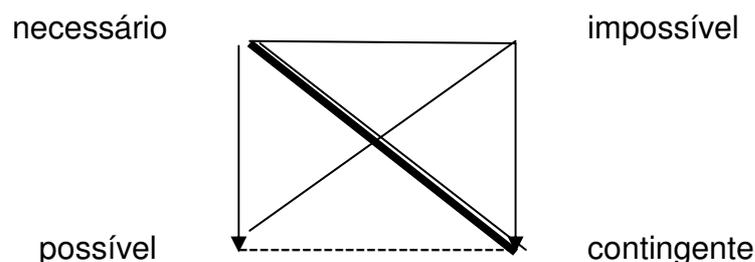
Tradicionalmente, pode-se classificar o modo como uma categoria gramatical do verbo que se divide em: indicativo, subjuntivo e imperativo. Por outro lado, a modalidade é um tema mais complexo, pois está relacionado a diversas categorias gramaticais, além de diversos outros fatores linguísticos e extralinguísticos. Dessa forma, pode-se considerar o modo verbal, assim como o aspecto e o tempo verbais, como categorias gramaticais que servem para expressar a modalidade.

Os estudos realizados por Butler (2003) trazem apontamentos sobre essas categorias e confirmam que o modo, tradicionalmente, é uma categoria gramatical que expressa a modalidade e também atos de fala, especialmente considerando o modo subjuntivo, que pode ter uma variedade de significados específicos.

Os trabalhos desenvolvidos pela GF também abordam a distinção entre modo e modalidade. Para Dik (1989), o termo modalidade representa a área semântica e o termo modo expressa gramaticalmente as distinções da modalidade. Para Hengeveld (1988), as distinções do modo servem para distinguir significados relacionados com a força ilocucionária e a modalidade.

Os estudos sobre a modalidade tiveram início com os lógicos e, ainda hoje, esse assunto desperta o interesse de pesquisadores no campo da Linguística, sendo analisado sob diversas perspectivas teóricas, incluindo a Semântica Formal, a Pragmática e a Semântica Cognitiva (PINA, 2005).

O primeiro modelo de análise das modalidades desenvolvido pela Lógica Formal considera as polaridades constituídas nos enunciados modalizados. Dessa forma, as primeiras modalidades apontadas pelos lógicos foram as aléticas ou aristotélicas, que consideram as polaridades da verdade de uma proposição, ou seja, se uma proposição (p) é verdadeira (v), não há como ela ser falsa (f). De acordo com Dall'Aglio-Hattner (1995), os lógicos consideram que os enunciados podem ser necessariamente verdadeiros ou possivelmente verdadeiros, constituindo, assim, as polaridades de negação do possível (impossível) e do necessário (contingente). As relações de polaridade podem ser representadas pelo quadrado lógico abaixo:



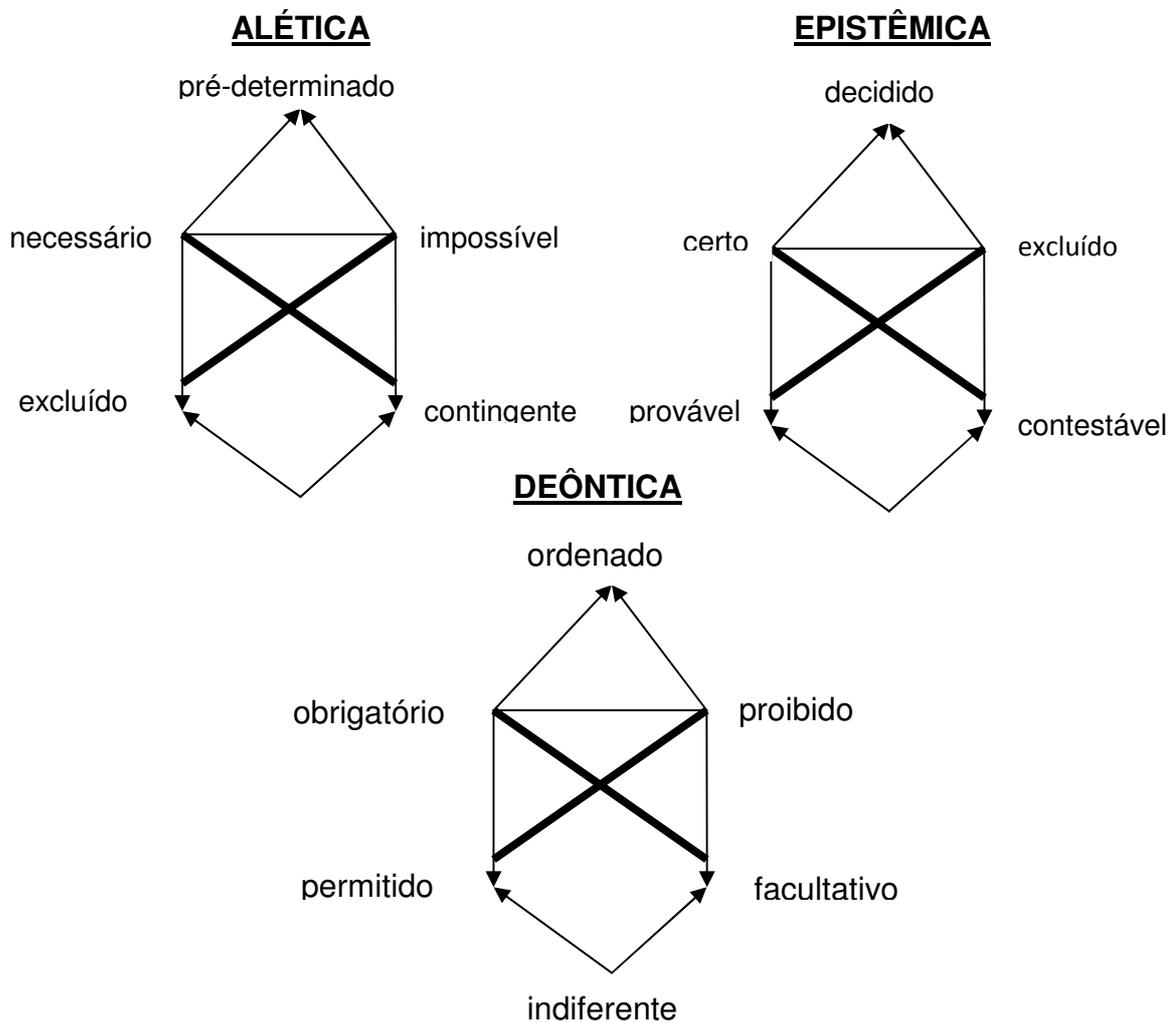
Nesse quadrado, fica evidente a contrariedade existente entre o possível e o impossível e entre o necessário e o contingente. Apesar de parecer completo em seu caráter lógico, esse modelo Aristotélico foi, mais tarde, reelaborado por Blanche (1969), que considerou a redução das quatro modalidades para apenas três, pois, para ele, o possível pode ser entendido tanto como o não-necessário quanto o não impossível. Assim, o possível seria chamado de possível-contingente, (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995). O modelo proposto por Blanche compôs o hexágono lógico, que foi estabelecido, não só para as modalidades aléticas (relacionadas à verdade da

proposição), como também para as modalidades epistêmicas (relacionadas ao conhecimento) e deônticas (relacionada ao eixo da conduta).

As modalidades epistêmica e deôntica são sistemas análogos que foram constituídos a partir da modalidade alética. Dessa forma, é evidente a correspondência entre esses três tipos de modalidades lógicas. Assim, como mostra o trabalho de Pina (2005), as modalidades ficam assim elaboradas:

| ALÉTICAS | EPISTÊMICAS | DEÔNTICAS |
|--------------------|--------------------|------------------|
| necessária | certa | obrigatória |
| contingente | contestável | facultativa |
| possível | provável | permitida |
| impossível | excluída | proibida |

Os hexágonos de Blanche ficam assim constituídos, de acordo Dall'Aglio-Hattner (1995):



Como se pode observar, o trabalho dos lógicos aborda três tipos de modalidades, porém nem todos eles fazem parte dos estudos linguísticos. A modalidade alética, apesar de ser considerada para os estudos linguísticos, não acompanha o movimento das línguas naturais, pois não considera as escolhas linguísticas do falante que dependem do contexto de comunicação, do interlocutor e principalmente de seu conhecimento de mundo. Como afirma Neves (2006), nas línguas naturais, o simples envolvimento de um falante e um ouvinte, em uma situação de comunicação, implica a existência de um contrato epistêmico que redefine as modalidades sentenciais em termos de conhecimento.

Dessa forma, de maneira geral, pode-se dizer que a Lógica Formal considera a modalidade em sua estrutura proposicional (considera o predicado) e seu caráter de verdade, sem considerar o interlocutor. Por outro lado, nos estudos linguísticos a modalidade é estudada ora de acordo com o falante, ora de acordo com o ouvinte, ora de acordo com a situação comunicativa, ou ainda considerando um ou mais desses fatores em conjunto.

As pesquisas linguísticas na área das modalidades têm recebido atenção especial de diversas correntes de estudos, mas, mesmo entre eles, o conceito do que seja modalidade gera discordâncias. O primeiro tipo de discordância ocorre quando é necessário categorizar os tipos de modalidades existentes, pois há variações entre o número de modalidades existentes. Entretanto, apesar de haver vários tipos de modalidades, três tipos são considerados como principais e comuns nos estudos linguísticos. São eles: a ME, a modalidade deôntica e a modalidade dinâmica. Neves (2006, p.161) mostra que esses três tipos de modalidades têm sido divididos em apenas dois tipos básicos:

as epistêmicas (relacionadas ao conhecimento) e as não-epistêmicas, ou de raiz (relacionada às ações), estas subdivididas em deôntica (que envolve permissão e obrigação) e dinâmica (tipo subclassificado em volição e habilidade, ou capacidade).

A modalidade deôntica é a que diz respeito aos elementos que expressam proibição, obrigação, permissão, e configura-se em um contínuo que vai do absolutamente obrigatório ao permitido. Essa modalidade tem como característica

principal a expressão de obrigações que devem ser cumpridas pela comunidade comunicativa na qual o falante está inserido. Essa obrigação é classificada por Almeida (1988) em dois tipos: a obrigação moral, interna, ditada pela consciência, ou seja, cumpre-se determinada obrigação por ser ditada pela consciência e pelos princípios morais; e a obrigação material, externa, ditada por imposição de circunstâncias externas.

Nos níveis propostos por Dik (1989), a modalidade deôntica está localizada no nível da predicação, pois, como afirma Neves (1996), a modalidade deôntica não está relacionada a uma avaliação do falante, mas, sim, à ação do próprio falante ou de outros, ou seja, o falante avalia o EC de acordo com normas morais, legais e sociais, impostas pela sociedade e não pelas suas próprias concepções.

A modalidade dinâmica é orientada para o sujeito do enunciado “é a maneira pela qual referentes de sintagmas nominais de função sujeito são dispostos em direção a um ato, em termos de habilidades e intenção” (NEVES, 2006, p. 162). Assim, sua prioridade é a expressão de volição e habilidade por parte do sujeito.

Nos níveis propostos por Dik (1989), essa modalidade está no nível 1, pois está inerente ao predicado, expressando a capacidade e a habilidade que o sujeito possui, independente da opinião ou do conhecimento de mundo do falante em relação ao EC.

1.3.1.1.Considerações acerca da ME

Para introduzir o estudo acerca da ME, apresenta-se a abordagem feita pela GF. Os trabalhos de Dik (1989) e Hengeveld (1989) classificam as modalidades nas camadas de constituição da frase. A partir das camadas propostas pela GF, são classificados três tipos de modalidades, são elas: a modalidade inerente, a modalidade objetiva e a modalidade epistemológica ou subjetiva.

A modalidade inerente, como o próprio nome sugere, é aquela inerente ao predicado e só pode ser expressa lexicalmente por ele. Essa modalidade está no Nível 1 (do predicado) e pode apresentar habilidade, volição, obrigação e permissão.

A modalidade objetiva, por sua vez, apresenta uma avaliação de um EC possível de ocorrer em um mundo possível. Essa modalidade está no nível da

predicação, ou seja, no Nível 2. A modalidade objetiva compreende a Modalidade Epistêmica Objetiva e a Modalidade Deôntica. Observe-se o exemplo a seguir:

“É possível ter pecuária, agricultura, exploração florestal, uso da biodiversidade e turismo, todas as atividades econômicas, inclusive a industrial, a partir de uma visão de sustentabilidade que passe pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais” (MARINA SILVA).

Essa afirmação é dada em termos de uma possibilidade real baseada em um EC de um mundo possível, e não apenas com base em expectativas do falante. Nessa modalidade, são apresentados graus de certeza, do possível, do provável, do impossível etc. Sendo assim, esse é um exemplo de ME objetiva.

A modalidade objetiva deôntica, por sua vez, apresenta possibilidades em relação ao sistema de convenções morais, legais e sociais. Um exemplo dessa modalidade é apresentado a seguir:

“É preciso fazer algo mais profundo para evitar o crescimento, que se revela incessante, dessa onda de violência, agora não mais ocasional, mas violência pela violência”. (HH)

Como é possível observar no exemplo acima, a avaliação da necessidade apontada no exemplo é feita não com base nas expectativas do falante, e sim com base nas considerações das imposições sociais e políticas que nos cercam. Nessa possibilidade, são apresentadas obrigação, proibição, permissão, necessidade etc.

O terceiro tipo de modalidade, na abordagem da GF, é a epistemológica ou subjetiva. Esse tipo de modalidade está no nível da proposição (Nível 3) e expressa o comprometimento do falante com a verdade do que é dito e, ainda, a fonte da informação apresentada. Nesse nível, estão a modalidade epistêmica subjetiva (o falante assume a responsabilidade pelo que é dito) e a modalidade evidencial (o falante dá indicação de como obteve a informação).

Sobre essa classificação, é importante ressaltar alguns pontos que distinguem a ME objetiva da ME subjetiva. Como afirma Butler (2003), algumas diferenças entre a ME objetiva (nível 2) e a ME subjetiva (nível 3) são encontradas no trabalho de Hengeveld (1985):

- a) as predicções objetivamente modalizadas podem ser questionadas ou hipotetizadas em uma sentença condicional, enquanto as subjetivas não podem;
- b) a modalidade subjetiva pode ser formulada apenas em termos positivos, enquanto a modalidade objetiva pode ser formulada tanto em termos positivos quanto em negativos;
- c) apenas a modalidade subjetiva está intimamente ligada ao momento da fala, pois a afirmação no passado apresenta menor probabilidade do que a afirmação no presente;
- d) a fonte da informação, na modalidade objetiva, pode ser questionada, ao passo que não há essa possibilidade na modalidade subjetiva.

Um exemplo da modalidade subjetiva pode ser:

“Acredito que essa tragédia da Colômbia e tantas outras que já acompanhamos e estamos acompanhando devem nos ensinar que precisamos de uma tomada de posição cuidadosa, que não vise à disputa política pela disputa política, mas que tenha o propósito verdadeiro de resolver o problema.” (MS)

Nesse exemplo, a avaliação é feita com base nas crenças do falante, marcando seu comprometimento com a verdade daquilo que está dizendo.

Halliday (1970) também tratou do estudo das modalidades. De acordo com Butler (2003), esse trabalho realizado por Halliday foi baseado apenas na língua

inglesa, porém sua abordagem é complexa e fundamental para os estudos das modalidades. Em seu trabalho de 1985, Halliday trata da modalidade em duas perspectivas (modulação e modalização) também de diferentes orientações (subjativa e objetiva, implícita e explícita) e ainda em termos de valores (médio, alto e baixo).

Como afirma Dall’Aglio-Hattner (1995), a modalidade, para Halliday, é uma forma de participação do falante no ato de fala, por meio da qual ele faz uma avaliação sobre a probabilidade ou grau de evidência do que ele está dizendo. Por outro lado, a modulação é definida, não como um comentário do falante, mas como parte do conteúdo da sentença que expressa condições sobre o processo a que ela se refere.

No que diz respeito às metafunções estabelecidas por Halliday, a modalidade ocorre no nível interpessoal e a modulação ocorre no nível ideacional (HALLIDAY, 1970). Porém, há uma problemática na distinção entre esses dois sistemas, pois “nem sempre é possível identificar claramente qual é a função da linguagem preponderante em um ato de fala” (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995). Assim, esses sistemas podem ocorrer em mais de uma função da linguagem.

Tanto a modalidade quanto a modulação ocorrem em mais de uma forma, seja ela subjativa ou objetiva, explícita ou implícita. Considera-se, aqui, apenas a distinção apontada por Halliday (*apud* BUTLER, 2003) entre a modalidade subjativa e modalidade objetiva. A modalidade subjativa é aquela relacionada ao falante e é marcada por pronomes de primeira pessoa (eu acho, eu acredito etc). Por outro lado, a modalidade objetiva é aquela que não tem relação com o falante e é marcada pela impessoalidade, especialmente representada pelo uso de adjetivos como é possível, é provável etc.

De uma forma geral, pode-se dizer que as modalidades estão relacionadas ao discurso, ao falante, ao ouvinte e à maneira de como aquilo que se diz é dito, ou seja, “a modalidade linguística é entendida como o modo pelo qual o falante qualifica o enunciado por ele produzido, ou seja, é o julgamento do falante sobre as possibilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito” (PESSOA, 2007, p.444).

No discurso, elas podem caracterizar uma ordem, uma permissão ou proibição, também podem apresentar asseverações, possibilidades, capacidade ou habilidades. Por meio das modalidades pode-se apresentar, ainda, o estatuto de

factualidade que, por meio das categorias verbais, traz os conceitos de *realis* (fato) ou *irrealis* (não-factual) de um EC (BUTLER, 2003).

Já em relação ao falante, as modalidades caracterizam a maneira como ele expressa suas atitudes e opiniões. Ao falar, o usuário da língua leva em conta a comunidade enunciativa na qual está inserido e com a qual compartilha os saberes que são comuns a todos inseridos nessa comunidade linguística.

Após caracterizar, brevemente, algumas das representações das modalidades para os discursos, deve-se limitar o foco de estudo dentro desse campo extenso de possibilidades, pois são considerados, pelos linguistas, diversos tipos de modalidade. Dessa forma, considera-se, para este trabalho, o estudo de uma das modalidades linguísticas que tem grande destaque nas línguas naturais, ou seja, a ME.

A ME, ao lado da modalidade deôntica, é aquela que recebe mais atenção dos pesquisadores linguísticos. Isso se deve ao fato de sua ocorrência nas línguas naturais ser ampla, uma vez que está ligada às avaliações do falante, ou seja, representa o conhecimento do falante em relação a determinado EC e seu comprometimento com determinada proposição. Como menciona Neves (2006, p.172), as modalidades epistêmica e deôntica constituem "a modalização linguística *stricto sensu*, isto é, a modalização ocorrente e analisável nos enunciados efetivamente produzidos".

A ME situa-se no eixo do conhecimento do falante e exprime o grau de certeza em relação àquilo que é dito. Esse conhecimento varia desde uma proposição que é *absolutamente certa* até uma que *seria quase impossível*. As expressões apresentadas a seguir ilustram algumas das inúmeras possibilidades que a língua oferece para caracterizar os graus do possível no eixo do conhecimento: *absolutamente possível > indiscutivelmente possível > bem possível > seria possível > pouco possível > muito pouco possível > quase impossível > seria quase impossível* (NEVES, 2006).

Como visto anteriormente, a ME pode ser: a) subjetiva: o falante se manifesta em relação ao conteúdo da proposição, ou seja, marca seu compromisso pessoal com a verdade da mesma. b) objetiva: o falante baseia sua avaliação no conhecimento de situações possíveis e está isento de responsabilidade, pois não existem marcas linguísticas que revelem sua relação pessoal com o que é dito.

Em relação à essa classificação, é importante ressaltar que alguns linguistas classificam a ME apenas como subjetiva, uma vez que, como afirma Lyons (1977), a ME objetiva fica entre a modalidade alética e a ME subjetiva. Portanto, é difícil distingui-la da modalidade alética.

Entretanto, apesar dessas definições, neste trabalho considera-se a subdivisão entre ME objetiva e ME subjetiva, porém sem seguir nenhuma das linhas acima propostas. Trabalha-se, assim, com a concepção de que o falante pode marcar seu compromisso com o que é dito, ou eximir-se de responsabilidade fazendo uso de uma ou de outra modalidade.

Sobre a ME subjetiva, objeto de estudo deste trabalho, é importante ressaltar a relevância de sua ocorrência para o estudo dos discursos, pois, como afirma Neves (1996, p. 179),

no extremo da certeza há um enunciador que avalia como verdadeiro o conteúdo de seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (afirmação ou negação), sem espaço para dúvida e sem relativização. Por outro lado, muitos enunciados oferecem um discurso com marcas do possível e, no entanto, contêm elementos gramaticais que, em princípio, confirmam certeza ao enunciado.

Assim, o grau de certeza expresso no enunciado permite ao falante/locutor dar credibilidade ao seu discurso, não abrindo espaço para dúvida em relação ao seu conhecimento sobre o que é dito. Até mesmo em situações em que o falante produz um enunciado com elementos que evidenciam o grau de incerteza ou desconhecimento do assunto, chamados por Neves (1996, p.174) de “elementos de relativização”, ele faz uso de elementos de asseveração (expressam certeza) ao lado desses elementos de não-certeza (relativização), fazendo ressalvas e não perdendo a credibilidade.

Mesmo quando esse discurso é feito em primeira pessoa, o locutor pode isentar-se da certeza do conhecimento, exprimindo sua não-certeza em relação àquilo que é dito, sem perder sua credibilidade. Como afirma Kerbrat-Orecchioni (apud Neves, 1996, p.174),

confirmando suas dúvidas e incertezas, o sujeito enunciador, ao invés de perder, ganha em credibilidade; desse modo, essa confissão constitui uma astúcia discursiva, já que, graças a ela, o enunciador se beneficia de um crédito de honestidade.

Algumas das expressões que exprimem essa não-certeza são: *eu acho, eu acredito, eu penso, na minha opinião, eu tenho a impressão etc.*

Para Palmer (1988, p. 62), os anguladores como *eu acho, eu acredito, eu suponho, certamente, talvez etc.* podem modificar o comprometimento do falante na ME, mostrando que “há potencialmente grande variação no grau de comprometimento do falante”. Os anguladores de Palmer permitem que o falante possa, na visão desse mesmo autor, exprimir dois tipos de julgamento, um “fraco” e um “forte”, que serão qualificados de acordo com as necessidades do falante diante de determinada situação comunicativa. De modo geral, esses julgamentos apontados por Palmer estão no contínuo de possibilidades expresso por Neves (2006) que traz uma série de qualificações do possível em que o falante pode categorizar seu discurso com mais dúvida (fraco) ou com mais certeza (forte).

1.3.2 Considerações acerca da EV

Considerada por alguns estudiosos um tipo de modalidade, a EV é entendida como a expressão do tipo de evidência que sustenta uma afirmação factual. Desse modo, como aponta Bermúdez (2006), a evidencialidade é o domínio semântico relacionado com a fonte de uma informação. Por outro lado, chama-se evidencial ou marca evidencial a forma linguística específica cujo significado é a referência à fonte de informação.

Nos estudos linguísticos, o conceito de EV não é consensual. Só é pacífica a ideia de que se trata de indicação da origem de conhecimento de um enunciado (NEVES, 2006). Assim como a ME, a EV pode estar diretamente ligada ao falante, pois ele pode ser a fonte enunciativa que apresenta a garantia de verdade de um EC ou pode ser apresentada por outra fonte enunciativa, apontada pelo falante como garantia da verdade de um EC.

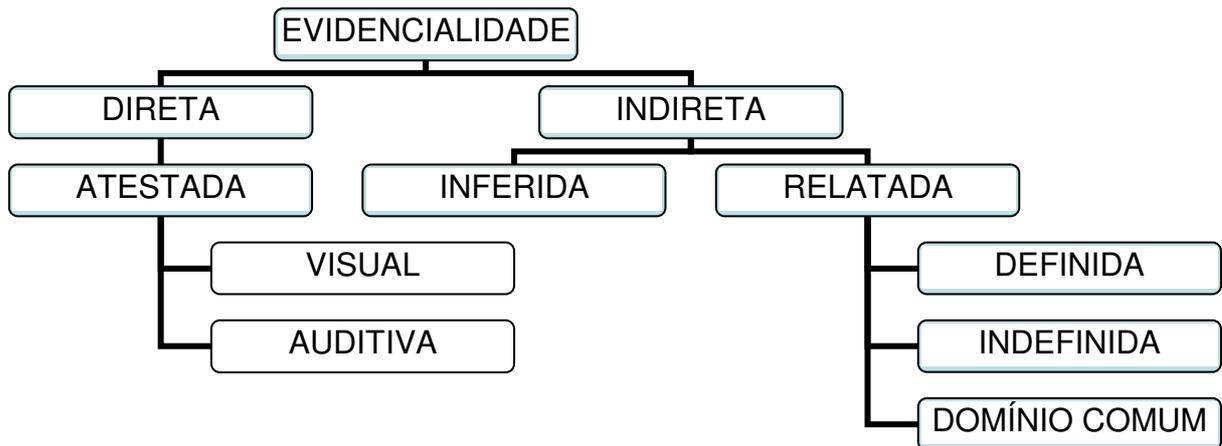
A informação apresentada pode ser evidenciada de três formas a partir da fonte da informação: pode ser de domínio comum, ou seja, é compartilhada por todos ou amplamente conhecida; pode ter o próprio falante como origem ou pode ter sido obtida por meio de uma terceira fonte. De acordo com Lucena (2008, p. 3):

a informação asseverada em uma proposição pode ter como fonte o próprio falante ou pode ser um conhecimento amplamente conhecido, verdadeiro e incontestável, independentemente do modo de obtenção dessa informação, ou seja, um conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Ou ainda, pode ser uma informação obtida por meio de um relato. Com respeito à evidência relatada, o falante pode explicitar a fonte da informação ou apenas indicar a sua existência sem, no entanto, codificá-la.

De acordo com De Haan (2000), a EV é dividida em *Direta e Indireta*. A EV é direta quando o falante testemunhou o evento, seja de forma visual, auditiva ou com qualquer outro sentido, ao passo que, na EV indireta ele deduziu a ação ou ouviu de outras pessoas. No primeiro caso, a fonte da informação do falante é de natureza primária: ele obtém a informação porque testemunhou uma determinada situação (evidência atestada). No segundo caso, o falante obtém a informação por meio de outro falante (evidência relatada), ou infere a situação a partir de seus resultados ou a partir de raciocínio lógico (evidência inferida).

A EV relatada pode ser de três tipos: definida (quando a fonte é explicitada), indefinida (quando apenas se remete à existência da fonte, sem explicitá-la) e de domínio comum (quando a fonte da informação é um saber assumido como compartilhado).

O esquema a seguir é baseado nas classificações da EV apresentadas por De Haan (2000) e também por Willett (*apud* DENDALE, 2001):



Esquema 1: *Classificação da EV*

A escolha do tipo de EV utilizado pelo falante pode garantir a omissão da fonte em relação ao que é atestado, ou seja, por meio da EV indireta relatada de fonte indefinida, o falante pode apontar dados ou informações sem, necessariamente, explicitar um nome responsável por isso: Um exemplo desse tipo de EV pode ser observado a seguir:

Sr. Presidente, não se trata, como dizem alguns, de um projeto que evitará que os parentes também possam galgar um cargo na vida pública. Pelo contrário, todas as famílias têm pessoas que se inspiram em outras: o pai é médico, e o filho também o quer ser; o pai é advogado, e o filho deseja seguir também a carreira jurídica. (MS)

É o verbo *dizer* na terceira pessoa do plural que, nesse exemplo e no contexto em que se encontra, deixa indefinida a fonte de informação, pois pode ser qualquer pessoa. Dessa forma, a Senadora Marina Silva pôde fazer uma citação cabível para sustentar e justificar seu discurso, sem, entretanto, especificar um nome responsável.

Por outro lado, na EV indireta relatada de fonte definida, o falante especifica a fonte da informação e, assim, pode apontar um responsável por uma declaração polêmica, a fim de se eximir de qualquer culpa, ou mesmo pode garantir credibilidade ao seu discurso por meio de um argumento de autoridade. Um exemplo desse tipo de EV pode ser observado a seguir:

“Livre mobilidade de capitais, aqui entra, de forma muito preciosa, o debate do Fundo Monetário Internacional, eliminação dos obstáculos criados pelas barreiras nacionais aos recursos estrangeiros. Isso ficou conhecido, e não dito por mim, mas caracterizado pelo famoso jornalista americano John Thomas Friedman, como rebanho eletrônico, e todos sabem o que é”. (MS)

No exemplo acima, a citação do nome do jornalista caracteriza a busca do argumento de autoridade, pois, como afirma Demo (1995, p. 41),

embora autoridade não seja, por si mesma, argumento algum, não se pode desconhecer o fenômeno constante de que a evocação de certas autoridades desperta imensa responsabilidade”. Ainda, o uso do adjetivo “famoso” faz com que essa autoridade seja tida como ainda mais respeitada, pela sua “aparente” fama no meio jornalístico.

É importante ressaltar que o argumento só será considerado de autoridade se o responsável apresentado como fonte de informação garantir autoridade a este, e, para isso, é necessário ele que tenha destaque na área da informação e tenha prestígio o suficiente para ser citado. Por exemplo, em uma situação hipotética em que se tenha um artigo sobre câncer, é indispensável que as citações envolvam médicos especialistas nessa área e, se possível, que tenham grande destaque em suas pesquisas e seus nomes sejam de conhecimento da comunidade para a qual a informação é transmitida.

Já a EV indireta relatada de domínio comum pode se constituir em uma importante artimanha do falante para apresentar a fonte de informação, pois, por meio do uso da primeira pessoa do plural, ele agrega ao seu discurso toda a comunidade discursiva para a qual se apresenta. A informação apresentada pelo falante como sendo de domínio comum nem sempre é de real conhecimento desta comunidade discursiva, porém é apresentada como se fosse, cabendo aos

interlocutores aceitarem a informação sem contestá-la. Um exemplo de EV no âmbito do domínio comum é apresentado a seguir:

“O Senador Ramez Tebet, ontem, teve oportunidade de me dizer que se está empenhando diretamente nesse caso. Ouvimos um pronunciamento de S. Ex^a nesta Casa. Terça-feira, pela manhã, haverá uma nova audiência, para que possamos encontrar uma alternativa concreta.” (HH)

Nesse exemplo, há a ocorrência de EV indireta relatada de fonte definida ao citar o Senador Ramez Tebet e, ao mesmo tempo, de EV direta atestada auditiva, pois a informação foi atestada pelo falante por meio da capacidade auditiva. Já na segunda informação há presença de EV indireta relatada de domínio comum *ouvimos um pronunciamento*. Apesar de ter sido feito uso da primeira pessoa do plural, essa informação não é, necessariamente, de conhecimento de toda a comunidade, ou seja, apesar de a informação ser apresentada como se fosse de domínio comum, nem todos ouviram o pronunciamento em questão.

1.4 MODALIDADE EPISTÊMICA X EVIDENCIALIDADE

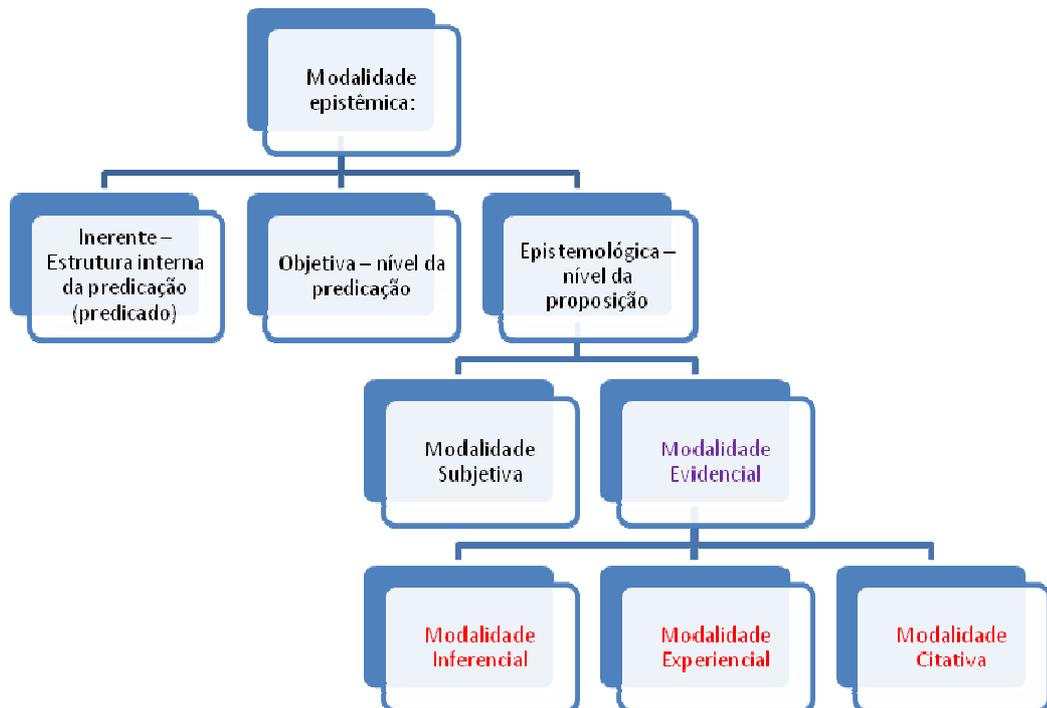
Um dos problemas mais interessantes que tem sido encontrado no estudo da EV é a relação entre EV, a marcação da fonte da informação, e a ME, o grau de confiança que o falante tem em seu enunciado (DE HAAN, 2000). Dendale e Tasmowski (2001) apresentam três tipos de relações entre EV e modalidade:

- disjunção: nessa classificação, a ME e a EV são completamente distintas.
- Inclusão: para essa classificação, a ME e a EV estão inseridas uma no escopo da outra, Essa visão é compartilhada, por exemplo, pelos estudos funcionalistas holandeses, como se observa adiante.

- parcialmente relacionadas: nessa classificação, a ME e a EV são distintas, porém se cruzam em alguns pontos. Essa visão é compartilhada, por exemplo, por estudiosos como De Haan e Nuyts, dentre outros.

As relações propostas por Dendale e Tasmowski (2001) estão presentes em grande parte dos estudos linguísticos atuais. Existe um grande número de pesquisas que focaliza a relação de *inclusão*, e o grande dilema se dá devido à priorização da ME, por parte de uns, e da EV, por outros.

Para autores como Palmer (1986), os evidenciais são um tipo de modal epistêmico e estão situados na mesma camada da modalidade subjetiva. O melhor exemplo para esse ponto de vista é apresentado pelo modelo holandês, proposto por Dik (1987) e seguido por diversos autores, o qual considera a atuação das modalidades em níveis, e dentre esses níveis, encontra-se a EV como um subtipo de ME. Nas camadas especificadas por Dik (1989), a EV é parte da ME. Observe-se como ficam divididas as modalidades em relação aos níveis no esquema a seguir:



Esquema 2: Divisão das modalidades de acordo com a GF

Como pode ser visto no quadro acima, a EV aparece ao lado da ME subjetiva, pela opção do falante em escolher a evidência e apresentá-la ou não, o que dependerá de sua intenção comunicativa.

Já uma segunda tendência considera a qualificação evidencial como determinadora da qualificação epistêmica (HATTNER *et al*, 2001). Entre os nomes que defendem esse ponto de vista estão De Haan (1999), Nuyts (1992) e outros para quem a EV determina a qualificação epistêmica, uma vez que o sujeito enunciador só procede à avaliação da probabilidade de um EC quando possui evidências para reconhecer a estimativa de ele ocorrer ou não no mundo, podendo explicitá-las ou não, segundo seus propósitos enunciativos.

Os estudiosos que defendem essa visão contestam o modelo apresentado por Dik (1989) e mostram as diferenças entre essas marcas linguísticas. De Haan (1999), em seu artigo sobre ME e EV, reconhece uma distinção básica entre essas duas áreas. Segundo esse autor, tanto a EV quanto a ME dizem respeito à evidência, porém a ME avalia a evidência de acordo com a confiança que o falante tem na informação. Por outro lado, a EV garante a evidência, mas não a interpreta.

Percebe-se, na proposta de De Haan (1999), que a ME reflete o grau de confiança e de conhecimento fazendo avaliações e interpretações sobre o conhecimento do falante; por outro lado, a EV reforça a afirmação por meio de uma fonte, porém não faz nenhum tipo de interpretação ou avaliação dessa evidência.

Neste trabalho, reconhecendo a proximidade entre a ME e a EV, optou-se por trabalhar com as duas separadamente, considerando a EV como incidente sobre a ME, uma vez que a escolha da fonte é critério do falante, podendo, ainda, ser omitida. Assim, de acordo com a fonte escolhida, o conhecimento epistêmico pode ser apresentado de diferentes maneiras, por exemplo, com mais ou menos certeza, em função da fonte responsável pela informação. Essa abordagem contribui para este trabalho, pois permite uma análise mais flexível das ocorrências da ME e da EV nos discursos.

1.5 MEIOS DE EXPRESSÃO DA ME E DA EV

Estudos em diversas línguas apontam certos meios gramaticais e lexicais que expressam tanto a ME quanto EV, uma vez que, como apontado por De Haan (2004), na tipologia tradicional, as categorias modais tendem a ser definidas pelo contexto semântico. Isso quer dizer que um morfema é classificado como modal se

tem um significado modal. Na língua portuguesa, apesar de essas modalidades terem apenas expressão lexical, esse problema também é encontrado, por exemplo, em verbos como *acho que*, *acredito que*, *etc.* e, até mesmo nas subcategorias nas quais se dividem essas duas áreas, há ambiguidades que só podem ser resolvidas quando analisadas, muitas vezes, atentando para fatores extralinguísticos.

1.5.1 Expressão da ME

As modalidades podem ser expressas por diversas classes morfossintáticas e com diversos sentidos. De acordo com Neves (2006), os modalizadores se caracterizam, nas diversas línguas, por possuírem uma grande diversidade de formas, de sentidos e também de empregos. Para Koch (1997), as modalidades podem estar lexicalizadas sob forma de advérbios ou locuções adverbiais, verbos auxiliares modais, construções de auxiliar + infinitivo, orações modalizadas etc.

Assim, com base nos meios linguísticos pelos quais as modalidades podem estar expressas, este estudo verificará as ocorrências da ME nas seguintes classes morfossintáticas apontadas, principalmente, pelos estudos de Neves (1996):

1.5.1.1 Verbos (auxiliares modais):

Os verbos modais podem apresentar diversos sentidos e caracterizar mais que uma modalidade. Por isso, são considerados verbos polissêmicos. Segundo Silva-Corvalan (1995), os verbos modais possuem um significado invariante, mas, em sua interpretação, comunicam significados contextuais diferentes como consequência de sua interação com outros elementos no contexto, ou seja, de acordo com o contexto, podem possuir significados variáveis. Assim, deve-se atribuir ao verbo modal o significado que melhor categorizar a situação expressa.

É nessa classe de verbos que o campo das modalidades encontra o conceito de polissemia em que verbos modais como *dever* e *poder* podem expressar mais que uma modalidade dependendo do contexto em que se encontram.

Neves (2006, p.178) afirma que “é frequente nos estudos linguísticos sobre modalização o tratamento da questão da ambiguidade entre significados epistêmicos e significados de raiz e, dentre estes, especificamente, os deônticos”. Essa ambiguidade de interpretação deve ser desfeita por meio da análise do contexto no qual há ocorrência do sentido polissêmico.

1.5.1.2 Verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber

São esses verbos que geram grande polêmica quando se faz opção por determinada teoria para determinar ME ou EV, pois verbos como *achar e acreditar* podem indicar tanto um comprometimento do falante com o que é dito, ou seja, ME, como, também, qualificar o falante como fonte da evidência apresentada.

Nas pesquisas que seguem a vertente holandesa, esses verbos são qualificadores de EV, que é vista, nesse modelo, como uma subcategoria da ME. Porém para outros autores, como De Haan (2000), esses verbos podem representar tanto a ME quanto a EV, o que pode ser justificado pelo fato de esse autor, como outros, considerar as diferenças e as proximidades que existem entre essas duas categorias.

Para este trabalho, leva-se em conta a abordagem feita por De Haan (2000) e outros que consideram esses verbos como indicadores de ME e EV, separadamente.

1.5.1.3 Advérbio

Os advérbios têm uma função importante na expressão da ME, pois os advérbios em *-mente* ocupam lugar em todas as posições do contínuo de possibilidades que vai do praticamente impossível ao certo. Nesse eixo, os advérbios modalizadores podem expressar tanto probabilidade (provavelmente) quanto certeza (certamente). Também são eles que representam a maioria das

incidências da ME subjetiva, ou seja, aquela na qual o falante assume comprometimento com o que está dizendo.

1.5.1.4 Adjetivo em posição predicativa.

Os adjetivos também são representantes prototípicos no contínuo do possível que envolve a ME. Adjetivos como “necessário”, “possível”, “impossível”, e outros em função predicativa como “certo”, “provável” caracterizam não só ME como também outras modalidades.

1.5.1.5 Substantivo

Na classe dos substantivos estão incluídas palavras como “opinião”, “impressão”, entre outras que, dependendo do contexto, também podem representar EV.

1.5.1.6 Categorias gramaticais (tempo/aspecto/modo) do verbo da predicação.

Número e Pessoa: a modalidade é expressa, principalmente, pela 1^a pessoa do singular e 3^a pessoa do plural;

Tempo: o tempo verbal está associado o conceito de factualidade que, por meio dos modos e tempos verbais, traz os conceitos de *realis* (fato) ou *irrealis* (não-factual) de um EC BUTLER, 2003). No que tange ao futuro, diz-se que “o valor temporal está associado a um valor modal de não factualidade” (SILVA, 2002a, p. 56), uma vez que “a modalidade fatural só é possível quando se pode determinar o valor de verdade no momento da enunciação” (SILVA, 2002a, p.56).

Modo: na categoria modo, a ME é expressa pelo modo indicativo e pelo modo subjuntivo. Cabe ao modo imperativo indicar a modalidade da ordem e das obrigações, ou seja, modalidade deôntica.

1.5.2 Meios de expressão da EV

Em princípio, todas as línguas possuem meios para expressar a origem da informação expressa ou a forma mediante a qual o falante teve acesso à tal informação. Em seus estudos, Bermudez (2005) verificou que a expressão da EV, em algumas línguas, se dá por meios lexicais, isto é, palavras ou expressões fixas cujo significado é uma referência a fonte da informação expressa no enunciado, como *evidentemente*, *segundo dizem*, *aparentemente*. Em outras, essa expressão se dá morfologicamente. Nesses casos, ela pode ser marcada por afixos, ou seja, formas obrigatórias que se somam às formas verbais.

Também Lazard (2001) aponta três tipos de línguas: aquelas em que a EV já foi gramaticalizada; línguas que expressam a EV por meio de expressões lexicais e, finalmente, línguas cujo valor evidencial é expresso por formas não específicas cujo sentido básico é não-evidencial.

Na Língua Portuguesa, a EV tem somente expressão lexical, não tendo sido gramaticalizada. Assim, este trabalho abrange as ocorrências representadas por classes morfossintáticas para a qualificação da fonte evidencial: verbos, substantivos, adjetivo, preposição, buscando, de acordo com o contexto de ocorrência, determinar seu valor evidencial.

1.5.2.1 Verbos

Neste estudo serão analisados os verbos que têm complementos oracionais. De acordo com Neves (2006), neste conjunto se abrigam *verbos de modalidade*, *de cognição*, *de manipulação* e *de elocução*. Com essa classificação, especialmente com as classes dos *modais*, *cognitivos* e *manipulativos*, cruza-se outra classificação,

na qual interfere a atitude do falante na situação do discurso. Essa classificação se refere a uma relação de *pressuposição* ou *implicação* entre a *oração completiva* (*objetiva* ou *subjativa*) e a *principal*, e separa dois grupos principais de verbos, os **factivos** e os **implicativos**.

1.5.2.1.1 Verbos Factivos

Segundo Neves (2000), chamam-se *factivos* os predicados que têm a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual (isto é, o fato expresso na oração completiva é verdadeiro). Os predicados factivos são dos seguintes tipos:

- a) Epistêmicos, como *saber, compreender, descobrir, ignorar, lembrar-se* (=ter na lembrança), *perceber, notar, observar, aperceber-se, recordar-se*.
- b) De atitude sentimental, como *admirar-se, lamentar, deplorar, maravilhar-se, arrepender-se, magoar-se, ressentir-se*.
- c) Do tipo declarativo (de elocução), como *gabar-se, desculpar-se*.
- d) Do tipo avaliativo, como *revelar, estranhar, importar* (e construções predicativas com *ser significativo, ser trágico, ser relevante, ser estranho, ser importante*).

Inserem-se também, nessa classificação de verbos factivos o que Hattner (2007) chama de *verbos de sensação*, trata-se de verbos como *ouvir* e *ver*, que são determinadores, principalmente de EV direta relatada, ou seja, o falante atesta a evidência por meio de um dos sentidos (visão, audição etc), mas, em alguns contextos, como mostra o estudo da citada autora, assumem qualificação de EV indireta e indicam um sujeito indeterminado: *ouve-se, vê-se* etc.

A esta pesquisa somente interessam os verbos factivos do tipo *epistêmico* e os *verbos de sensação*, pois são fontes de expressão de EV.

Em oposição aos predicados factivos estão os predicados de atitude proposicional. Esses são predicados que tomam por escopo uma proposição para, sobre a verdade que ela veicula, incidir a atitude de crença do sujeito. De acordo com Gonçalves (2006), em *predicados não-factivos*, o falante não se compromete nem com a verdade nem com a falsidade da proposição encaixada; o EC codificado

na proposição é sempre passível de verificação, embora seja apresentado como algo que aquele que acredita considera como verdadeiro.

1.5.2.1.2 Verbos Implicativos

Nos predicados implicativos está envolvida a noção de condição necessária e suficiente, que apenas determina se o EC descrito na oração completiva ocorre ou não (NEVES, 2000). Os predicados implicativos podem ser de quatro tipos diferentes, porém somente três expressam EV. São eles:

- a) Afirmativos: são verbos como *conseguir, chegar a, lembrar, lembrar-se de, preocupar, preocupar-se com, inquietar-se com,*
- b) Negativos: (não + implicativos afirmativos, *esquecer-se de, recusar-se a, evitar, abster-se de, deixar de*).
- c) Causativos: são verbos implicativos menos perfeitos, ou implicativos simples - (afirmativos: *fazer, causar, forçar, provocar, assegurar, provar, mostrar;* negativos: *impedir, proibir, dissuadir, desencorajar* e similares) (CARIOCA, 2006).

1.5.2.1.3 Verbos de Elocução

De acordo com Neves (2000), “são verbos que introduzem o discurso seja direto ou indireto”. São de dois tipos e expressam EV plena:

- a) Verbos de dizer: *dizer, confidenciar, observar, protestar, explicar, avisar, informar, etc.*
- b) Verbos que introduzem discurso: *desiludir, afirmar, chorar, suspirar, etc.*

A EV, nas categorias verbais, também pode ser analisada de acordo com:

- a) **Número e Pessoa:** a EV pode ser observada em duas das pessoas gramaticais: 1ª pessoa do singular e 3ª pessoa do plural;

b) **Tempo:** de acordo com Carioca (2006), os tempos verbais que caracterizam a EV são os indicados por: a) presente: em referência a fatos que se passam ou se estendem ao momento em que se fala ou se escreve; b) pretérito: em referência a fatos anteriores ao momento em que se fala ou se escreve; c) futuro: em referência a fatos ainda não realizados.

c) **Voz:** as vozes do verbo que caracterizam a EV são: a) ativa: forma em que a fonte aparece como sujeito do verbo; b) passiva: forma verbal em que a fonte aparece como agente da passiva.

d) **Aspecto:** de acordo com Carioca (2006), a categoria aspecto costuma estar relacionada à categoria tempo, porém, Neves (2000) apresenta uma das distinções entre elas: a) a natureza dêitica (referência à situação) da categoria tempo, que relaciona temporalmente o evento e a enunciação; b) a natureza não-dêitica da categoria aspecto, que se refere à constituição interna do desenvolvimento temporal do processo. A EV é expressa nessa categoria pelo aspecto durativo em forma de: duração acabada ou pontual; ou duração inacabada (CARIOCA, 2006).

1.5.2.2 Substantivo

De acordo com Carioca (2006), o que caracteriza a marca evidencial substantiva é a utilização de substantivos abstratos (nomes de ação, de processo ou de estado), que, derivados de verbos, podem ser de diversos tipos, dependendo da entidade ligada ao verbo que esteja sendo denominada. Exemplos: *numa confirmação, fazia alusão, na nossa opinião etc.*

1.5.2.3 Adjetivo

Neves (2000) afirma que os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades)

denominada por um substantivo funcionando de dois modos: a) qualificado e b) subcategorizado.

De acordo com Carioca (2006, p. 321), “a marca evidencial é qualificadora, projetando-se por meio do particípio verbal e de todos os adjetivos terminados por sufixos que formam derivados de verbos, como *-do -to e -nte*”. Exemplos: *baseado, descritas etc.*

1.5.2.4 Preposição

De acordo com Neves (2000), algumas palavras ocorrem em determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem. Esses elementos podem ter seu estatuto determinado na estrutura da oração ou em subestruturas. Esse é o caso das preposições.

De acordo com Carioca (2006), as marcas evidenciais prepositivas são expressas com preposições essenciais (*para*) e acidentais, as quais são chamadas assim ainda por estarem se gramaticalizando e sendo empregadas em contexto restrito, como é o caso de *como, conforme, feito, etc.* E ainda ocorrem por meio de locuções prepositivas, tais como: *de acordo com, na conta de etc.*

Tanto a ME quanto a EV podem ser expressas por outros meios que não as classes morfossintáticas aqui apresentadas. Esses meios podem ser desde prosódicos, que não serão analisados, por não serem de interesse para este trabalho e necessitarem de outra metodologia; até outros meios lexicais ou até orações inteiras que, em determinado contexto, podem expressar uma dessas modalidades.

Todas as considerações sobre o discurso político, a ME e a EV, apresentadas neste capítulo, serão utilizadas na análise do corpus, no capítulo 3.

2. METODOLOGIA

Neste capítulo, será especificada a composição do *corpus* de análise, bem como serão apresentados os procedimentos metodológicos que permitiram a realização deste trabalho.

2.1 CORPUS

O *corpus* de análise deste trabalho é composto por discursos de duas figuras políticas femininas que têm grande destaque na política nacional. Inicialmente, havia inúmeras alternativas para a composição do *corpus* que seria analisado, uma vez que a política brasileira possui grande número de figuras representativas ocupando cargos de grande importância no Senado, na Câmara, em Prefeituras e na Presidência.

O primeiro passo dado para definição do *corpus* foi a seleção dos nomes de maior relevância na política brasileira. Ao considerar os cargos e outros fatores, optou-se por trabalhar com o cargo de Senadores (as), pois o acesso ao *corpus* seria facilitado pela disponibilidade dos discursos realizados em sessões do Senado Federal e pela credibilidade na composição desses discursos por constarem em uma fonte segura.

Vale ressaltar que os discursos políticos realizados em sessões do Senado podem ser considerados elocuições formais, uma vez que favorecem o uso da linguagem formal, sendo caracterizados por possuírem pausas menos frequentes e mais planejadas, maior planejamento verbal e terem os papéis e a posse do turno fixados previamente (KOCH, 1996). Nos discursos do Senado, a posse do turno é previamente fixada e o falante dispõe de um tempo para realizar seu discurso. Entretanto, a posse pode ser alterada momentaneamente desde que sejam permitidos apartes pelo falante.

Após decidir que os discursos realizados no Senado Federal comporiam o *corpus*, restava ainda decidir quais e quantos seriam os nomes que fariam parte deste estudo. Assim, optou-se por duas senadoras que representam, com destaque, a política brasileira, a Senadora HH e a Senadora MS, cujos discursos geralmente versam sobre temas polêmicos.

Foram selecionados discursos feitos entre os anos 2000 e 2009, sendo que de cada uma das senadoras foram selecionados 20 discursos sobre os mais variados temas. Apresenta-se, a seguir, a lista de discursos analisados de cada uma das Senadoras:

MARINA SILVA

2000

Considerações sobre a corrupção no Brasil

Considerações sobre a violação dos direitos humanos na Bolívia

Considerações sobre o estudo da pesquisadora Sônia Rocha

2001

Avaliação sobre o chamado pacote ético

Comemoração pelo dia internacional de luta pelo fim da discriminação racial

Considerações acerca da aplicação do orçamento social

Considerações sobre o risco da liberação incondicional dos Organismos Modificados Geneticamente

Dificuldades enfrentadas pelos profissionais de ensino público superior

2002

Considerações sobre o projeto de lei a ser votado pela câmara

Otimismo com relação às ações gov. anunciadas pelo futuro governo

Proposta de implantação do Orçamento Social para o enfrentamento..

Reflexões sobre a dramática questão indígena no Brasil

2008

Cumprimentos ao Jornal do Senador pela circulação em papel reciclado

Manifestação sobre o portal da Rede Globo

Reflexão sobre o dia do Meio Ambiente

Comemoração do Quadringentésimo aniversário de Pe Antonio Vieira

Manifestação pelo veto presidencial ao inciso iv da lei 8.666-93

2009

Defende a escolha da cidade de Rio Branco para sediar a copa

Considerações sobre a Medida que trata da Amazônia Legal.

Registro da Terceira Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente em Goiás

HELOÍSA HELENA

2000

Consideração sobre o pronunciamento de José Arruda

Críticas à atuação do Senado no episódio do Sr. Eduardo Jorge.

2001

Manifestação de solidariedade a São Paulo

Protesto contra o projeto de lei que altera a CLT.

Repúdio às ações do Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas

2002

Considerações sobre o receituário do FMI

Insatisfação com o uso eleitoral dos programas da bolsa escola

Saudações à Embrapa e aos seus trabalhadores por ocasião 29 anos

2003

Crítica à reforma da Previdência

Desarmamento no País

Dia Nacional da Consciência Negra

2004

Comenta do Senador Antonio Carlos Magalhães

Indignação com a liberação de verbas

Posicionamento contrário ao projeto do rio São Francisco

2005

Considerações sobre as denúncias contra Romero Jucá

Mudança de opinião de dirigentes do PT

Proposta de que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta

2006

Execução Orçamentária do Governo

Apelo para que a liderança do PT tenha sensibilidade

Crise na área de segurança pública

É possível observar que não há discursos da Senadora Marina Silva entre os anos de 2003 até 2007. Isso ocorre porque os discursos selecionados foram coletados apenas quando essa figura política ocupava o cargo de Senadora e, durante os anos citados, MS ocupou o cargo de Ministra do Meio Ambiente.

Nos discursos da Senadora HH, por outro lado, não há discursos após o ano de 2006. Isso ocorre porque a Senadora estava em período de dedicação às eleições presidenciais de 2006 e, por isso, houve afastamento da Senadora de seu cargo no Senado para concorrer às eleições e fazer parte do processo eleitoral. Por esse motivo, mesmo havendo discursos feitos nesse período, não foram selecionados por não terem o mesmo foco de interesse, ou seja, os discursos feitos durante campanha eleitoral têm foco distinto daqueles que são feitos em outros momentos da política. Nos anos seguintes às eleições, também não constam discursos, pois a Senadora, apesar de não ter sido eleita presidenta, não voltou a ocupar sua cadeira no Senado.

Todos os discursos selecionados foram retirados, no ano de 2009, do *site* do Senado Federal: <<http://www.senadofederal.gov.br/atividades/pronunciamento>>. Nele podem ser encontrados todos os discursos aqui analisados.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se por utilizar o programa de quantificação de dados linguísticos *Systemic Coder*, versão 4.68 (2005), desenvolvido pelo linguísta canadense Mick O' Donnel, o qual está disponível para *download* no site <http://www.wagsoft.com>.

O *Systemic Coder* permitiu que os discursos fossem analisados de forma prática e completa. A análise dos discursos foi feita em dois momentos: no primeiro, foi feita análise da EV em seus mais variados segmentos, bem como foram analisadas suas formas de expressão; no segundo, foram analisadas a ME e também suas formas de expressão. Para que isso fosse possível, o *Coder* oferece uma *interface* em que pode ser montado um esquema em que estão todos os segmentos que serão analisados. A figura a seguir mostra um modelo de esquema do programa *Coder* utilizado neste trabalho:

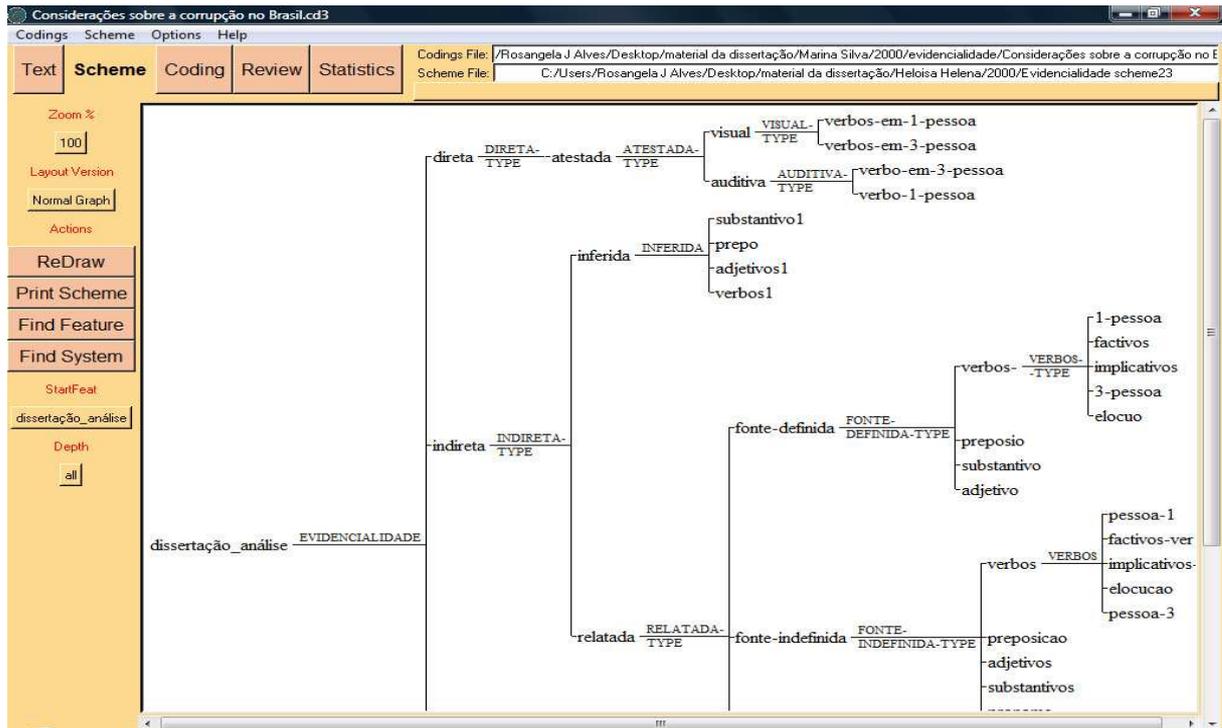


Figura 1: Exemplo de esquema elaborado para análise no programa Systemic Coder

Após a elaboração do esquema contendo o que será observado no texto, há a *interface* para codificação dos dados. É nessa *interface* que as ocorrências são codificadas pelo analista, a fim de que se enquadrem em uma das opções do que está sendo analisado. Por exemplo, no caso da EV, é nesse momento em que se decide se determinada ocorrência é direta, indireta, de domínio comum, inferida etc. A figura a seguir mostra como é esse processo:

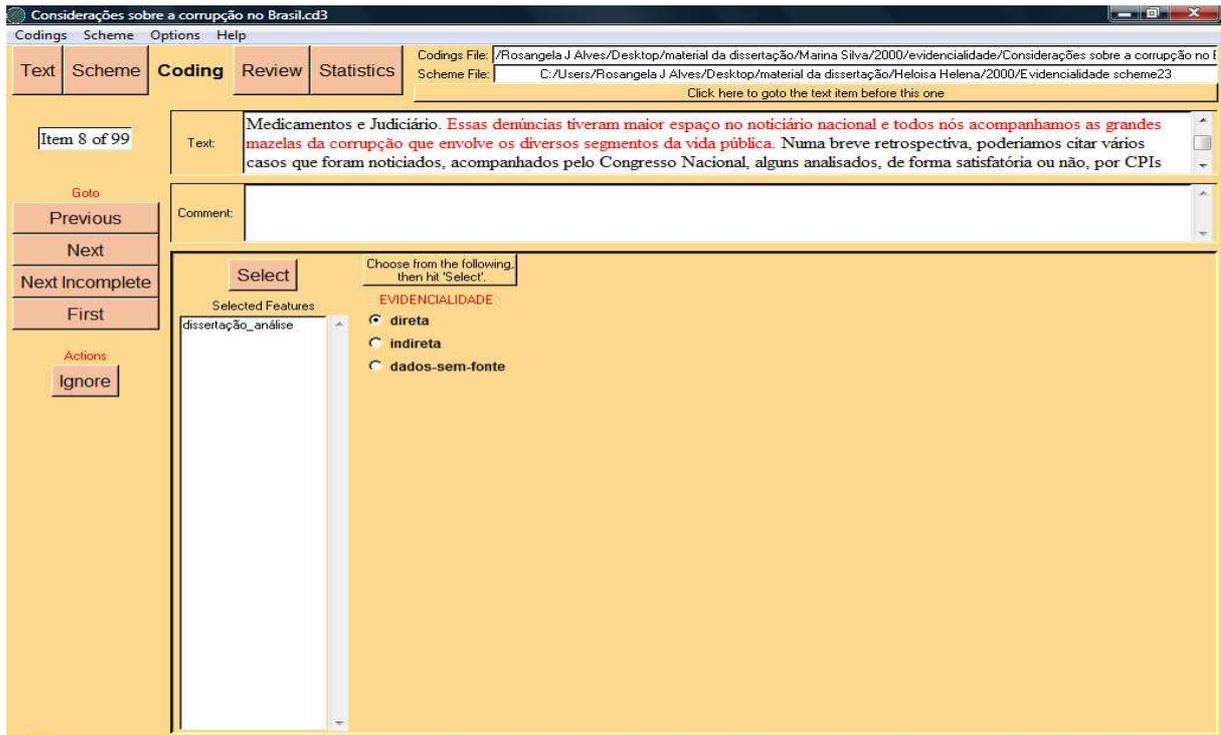


Figura 2: Exemplo de codificação da EV por meio do Systemic Coder

Como é possível observar, a ocorrência que está sendo analisada aparece em vermelho, e, na lateral esquerda, é possível voltar (previous) ou então mudar para a próxima ocorrência (next). Ao escolher, por exemplo, a EV indireta na codificação de uma ocorrência, aparecerá uma segunda opção de escolhas de acordo com o que foi colocado no esquema, ou seja, pode-se dizer se é indireta inferida ou relatada. Dessa forma, é possível, na mesma análise, fazer a codificação de uma mesma ocorrência para os diferentes segmentos do que está sendo analisado. A figura a seguir exemplifica esse modelo de análise:

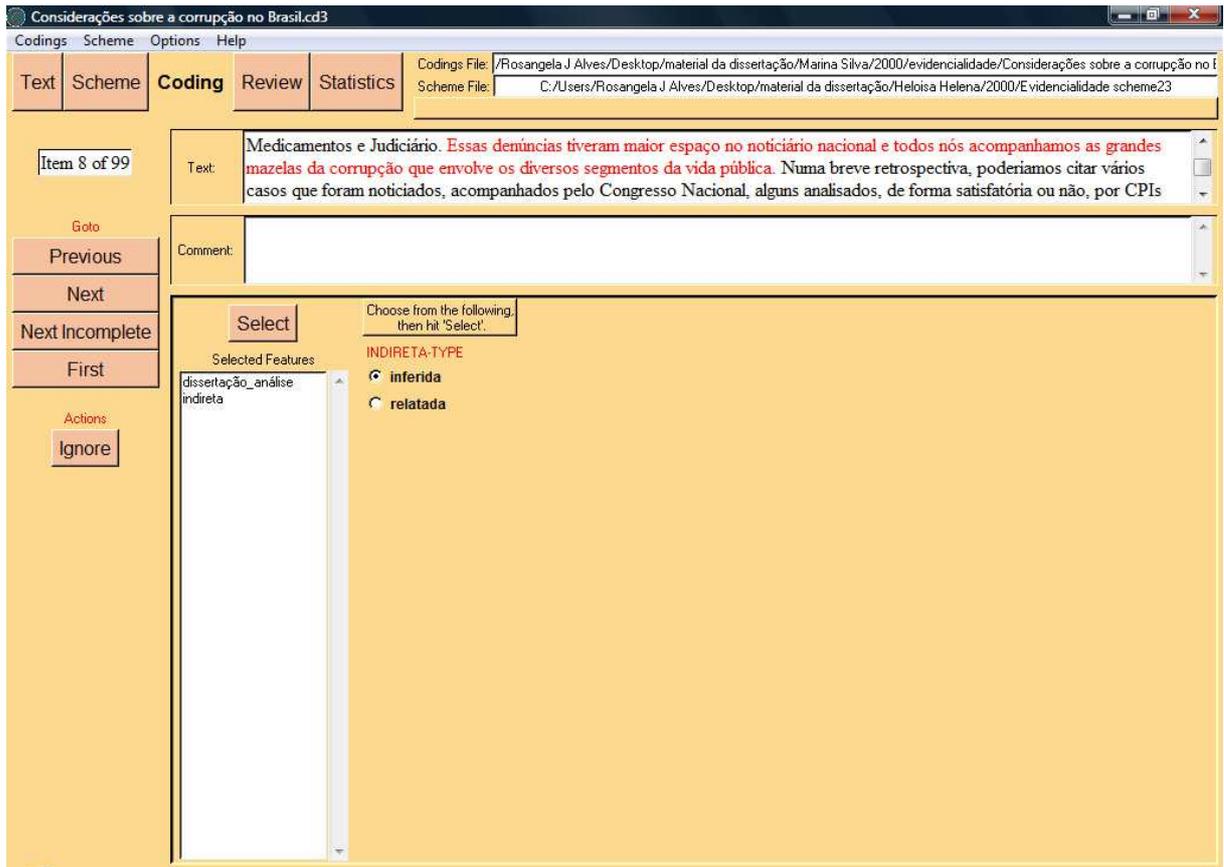


Figura 3: Exemplo de análise da EV em que há ocorrência de EV indireta, sendo que há opções de escolha para inferida ou relatada

A análise dessa ocorrência ainda segue adiante, pois, ao escolher, por exemplo, que a ocorrência é relatada, falta ainda codificar se é de fonte definida, fonte indefinida ou de domínio comum. É possível observar essa opção de escolha na figura a seguir:

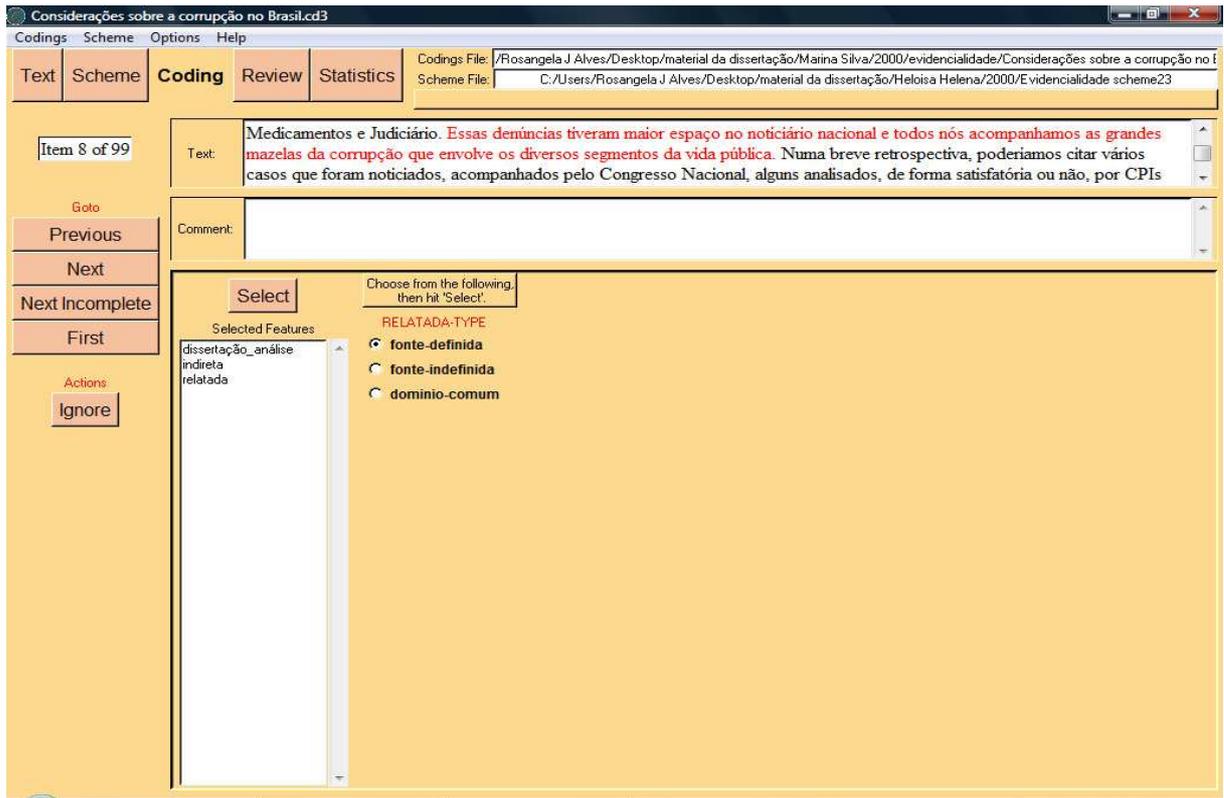


Figura 4: Exemplo de análise de EV relatada com opções de escolha para fonte definida, fonte indefinida e domínio comum

Feita a escolha de qual das fontes qualifica o exemplo, é necessário analisar de que forma essa EV aparece expressa no texto, ou seja, por meio de verbos, substantivos, adjetivos etc. Assim, por exemplo, se for escolhida a de fonte definida aparecerá uma nova lista de opções para que a forma de expressão seja escolhida. Observe essa possibilidade na figura a seguir:

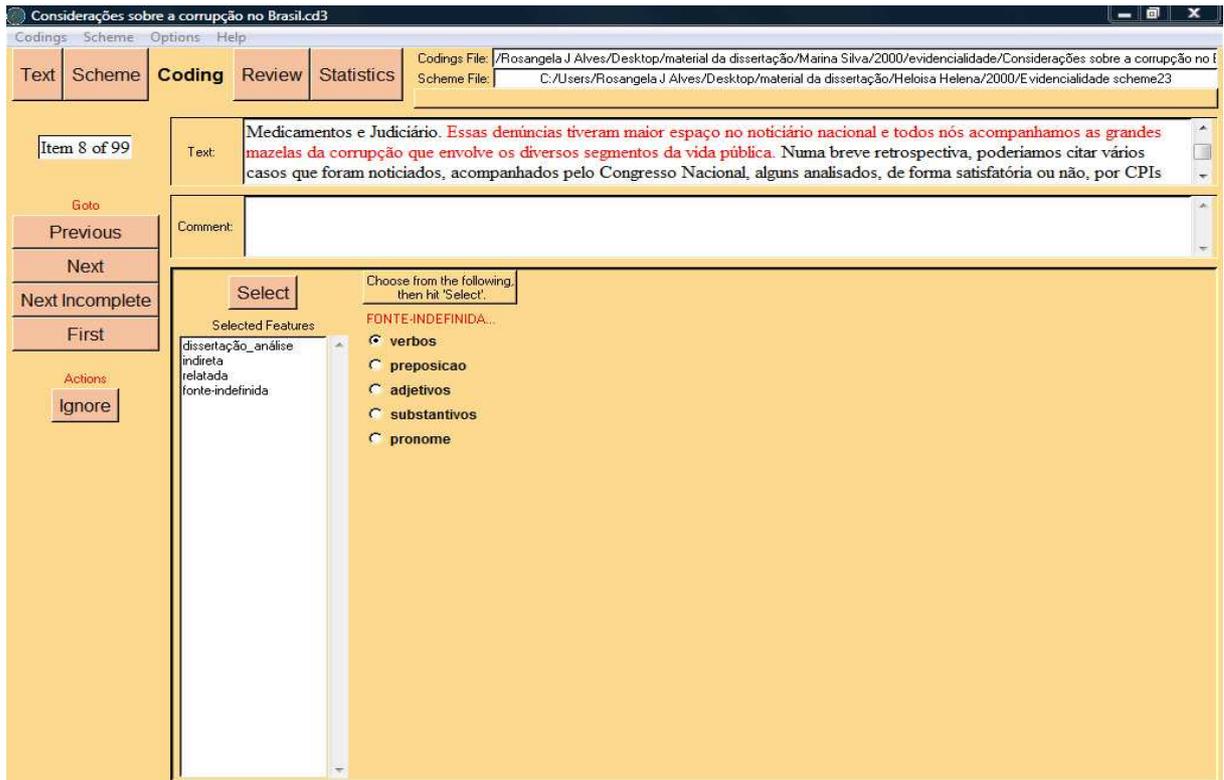


Figura 5: Exemplo de análise em que aparecem as opções de escolhas da forma de expressão da EV

Todo esse processo de análise e codificação foi feito no *corpus* para a EV e também para a ME. Ao final da análise, é possível verificar a frequência de ocorrência e também o percentual de cada uma das marcas analisadas, além de ser possível o cruzamento dos dados. Um exemplo da tela de números e percentuais do *Systemic Coder* está na figura a seguir:

Críticas à atuação do Senado no episódio do Sr. Eduardo Jorge.cd3

Codings: Scheme Options Help

Text Scheme Coding Review **Statistics**

Codings File: sangelaj Alves/Desktop/material da dissertação/Heloisa Helena/2000/Críticas à atuação do Senado no episódio do Sr. Eduard
 Scheme File: C:/Users/Rosangela J Alves/Desktop/material da dissertação/Heloisa Helena/2000/Evidencialidade scheme23

Type: Descriptive Help Gol
 Counting: Global Help Save Results
 Only use codings which match: Help

| System | Feature | N | Mean |
|----------------|--------------------|----|-------|
| EVIDENCIALIDAD | direta | 0 | 0.0% |
| | indireta | 11 | 18.3% |
| | dados-sem-fonte | 0 | 0.0% |
| DIRETA-TYPE | atestada | 0 | 0.0% |
| ATESTADA-TYPE | visual | 0 | 0.0% |
| | auditiva | 0 | 0.0% |
| VISUAL-TYPE | verbos-em-1-pessoa | 0 | 0.0% |
| | verbos-em-3-pessoa | 0 | 0.0% |
| AUDITIVA-TYPE | verbo-em-3-pessoa | 0 | 0.0% |
| | verbo-1-pessoa | 0 | 0.0% |
| INDIRETA-TYPE | inferida | 2 | 3.3% |
| | relatada | 9 | 15.0% |
| INFERIDA | substantivo1 | 0 | 0.0% |
| | prepo | 0 | 0.0% |
| | adjetivos1 | 0 | 0.0% |
| | verbos1 | 2 | 3.3% |
| RELATADA-TYPE | fonte-definida | 3 | 5.0% |
| | fonte-indefinida | 2 | 3.3% |
| | dominio-comum | 4 | 6.7% |
| FONTE-DEFINIDA | verbos- | 2 | 3.3% |

Figura 6: Exemplo da tela de resultados da codificação fornecida pelo Systemic Coder

De modo geral, pode-se afirmar que análise do *corpus* foi facilitada pelo uso dessa ferramenta de análise, pois, ao se encerrar uma análise, era possível salvar tudo que havia sido feito sem prejuízo para o sequência dos trabalhos. Ademais, a contagem das ocorrências de cada uma das marcas foi facilitada, pois tudo ocorreu automaticamente ao final da análise, o que não possibilitou falhas ou dúvidas na frequência de ocorrência.

3. ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA ME E DA EV EM DISCURSOS POLÍTICOS

Analisar discursos políticos é mergulhar em um oceano profundo de possibilidades que fazem parte da fala pública. Hoje, garantir um lugar na política e também manter uma carreira estável são desafios encarados por homens e mulheres, que podem vencer esses desafios de diversas maneiras. Toda figura política tem uma imagem formada durante seu contato com a sociedade. Essa imagem é formada pelo jeito de vestir, de se comportar, pela carreira política, por sua origem e, principalmente, pelo seu discurso, que é o mais importante elemento na busca pelo sucesso político. Essa imagem, formada por esse aglomerado de itens e passada para o público eleitor, é o que constitui o *ethos* discursivo.

Assim, neste trabalho, buscou-se, por meio da análise da EV nos discursos selecionados, levantar a frequência de ocorrência dessa marca discursiva que pode garantir maior subjetividade ao discurso, comprometendo o próprio falante como fonte da informação apresentada; ou, ainda, atribuir a autoria pela informação apresentada à outra fonte.

Também foi analisada a ME, a qual diz respeito ao conhecimento do falante, pois, em seu discurso, o falante pode marcar seu nível de comprometimento com o que é dito. A escolha vocabular do falante é feita de acordo com suas intenções prévias, por exemplo: se o assunto é polêmico e o falante não quer se comprometer, o melhor é se preocupar para que isso não aconteça. Por outro lado, se o assunto traz méritos, o melhor é deixar bem claro o seu comprometimento. Assim, o falante constrói seu discurso deixando impressas essas marcas epistêmicas que aqui são analisadas.

Analisar a ME pode revelar singularidades do falar, principalmente na verificação do uso constante de asseverações ou de expressões de dúvidas. O uso constante de asseverações pode representar segurança ao falar e busca intensa pelo convencimento do outro. Por outro lado, a demonstração frequente de dúvidas pode significar insegurança ou busca por não comprometimento.

Dessa forma, neste capítulo serão apresentados os resultados das análises dos discursos selecionados, para que seja possível verificar se há traços recorrentes

que caracterizem o *ethos* discursivo das figuras políticas e que sejam perceptíveis ao estudar seus discursos no âmbito da EV e da ME.

3.1 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DOS TIPOS DE EV

Antes de apresentar os dados obtidos, vale ressaltar que a quantificação dos dados não será utilizada para comparar os discursos da Senadora HH e da Senadora MS. Por outro lado, essa quantificação tem como objetivo buscar marcas linguísticas expressas pela ME e pela EV que evidenciam o *ethos* constituído por esses sujeitos.

Na análise dos dados foram encontradas 264 ocorrências de ME e 491 ocorrências de EV. As ocorrências de EV estão analisadas a seguir. Neste primeiro quadro, está a frequência de ocorrência para a EV do tipo direta e do tipo indireta:

| | N | % |
|----------|-----|------|
| DIRETA | 22 | 4,5 |
| INDIRETA | 469 | 95,5 |

Quadro 1: *Frequência de ocorrência da EV do tipo direta e do tipo indireta*

É grande a diferença na frequência de ocorrência da EV direta (4,5%) e da EV indireta (95,5%). Isso ocorre porque a EV direta está restrita ao falante e às suas percepções sensoriais, ou seja, a fonte que qualifica a afirmação é configurada por ele próprio por meio de um de seus sentidos, seja auditivo ou visual.

É importante ressaltar que a EV direta divide-se em visual e auditiva. No *corpus* analisado, as ocorrências da EV direta atestada auditiva e da EV direta atestada visual tiveram números aproximados: foram 12 ocorrências da direta visual e 10 ocorrências da direta auditiva. Nos exemplos (1) e (2), pode-se observar a composição desse tipo de EV:

(1) Eles não tinham as cestas básicas e estavam morrendo de fome. Eu a vi colocar um plástico num colchão ensopado para deitar as crianças. Aquela imagem me vem à memória e sei que do muito que foi feito, pelo esforço individual de cada um [...] (MS)

(2) Tive a oportunidade de ouvir o Senador Rodolpho Tourinho fazer uma retrospectiva, homenageando as mulheres guerreiras da Bahia e seus terremotos de tambores nos candomblés da Bahia. S. Ex^a fez uma verdadeira historicidade desse processo, ou seja, de como as mulheres conseguiram garantir a resistência da sua religião, do seu espaço. (HH)

No exemplo (1), tem-se um exemplo de EV direta do tipo atestada por meio da visão. Nesse exemplo, o pronome *eu* qualifica a Senadora MS como responsável pela informação, ao mesmo tempo em que o verbo *ver* responsabiliza-se pela maneira como ela se configura como fonte, ou seja, ela viu, presenciou a cena em questão e, por isso, constitui-se como responsável pelo que afirma.

Em (2), há ocorrência de EV direta do tipo atestada por meio da audição. Nesse caso, a Senadora HH constitui-se como responsável pela informação por meio do verbo em primeira pessoa *tive* e o verbo infinitivo *ouvir* representa o meio pelo qual ela obteve a informação, ou seja, por meio da audição. Ainda nesse exemplo (2), pode-se questionar se o senador Rodolpho Tourinho não representa a fonte responsável pela informação apresentada no exemplo, por ter sido dele a retrospectiva feita. Entretanto, é necessário observar que, antes de aparecer a informação sobre ele, é a Senadora que se qualifica como responsável pela veracidade desse pronunciamento do respectivo senador, isto é, ele pode ter feito o discurso ou não.

Apesar de os verbos *ver* e *ouvir* representarem os sentidos do ser humano, eles nem sempre aparecem com esse significado, pois, em alguns casos, esses verbos podem indeterminar a fonte da informação: vê-se, ouve-se etc. No *corpus* analisado, não foram encontradas ocorrências desse tipo, porém algumas

peculiaridades foram verificadas sobre a utilização desses verbos. Observem-se os exemplos (3) e (4):

(3) Não é verdade que, para combater desmatamento, precisamos de uma nova legislação, precisamos é pôr em ação o que precisa ser feito. Quando vejo algumas pessoas dizerem: é preciso que se comece a propor o desenvolvimento sustentável para regiões importantes do Brasil. Para todas as regiões do Brasil, porque, Srs. Senadores, a idéia do desenvolvimento sustentável foi cunhada pelos ambientalistas. (MS)

(4) Mas não é a primeira vez que os trabalhadores do setor público do Brasil vêem seus direitos arrancados. Esta Casa mesmo, em 1998, viu, pois votou, evidentemente debaixo de protesto, de combate e do voto “não” do Partido dos Trabalhadores, esta Casa votou a reforma da Previdência para os trabalhadores do setor público em 1998, retirando direitos que estavam assegurados. (HH)

No exemplo (3), observa-se uma curiosidade, pois a Senadora MS assume a responsabilidade pela informação apresentada por meio do uso do verbo em primeira pessoa *vejo*, e esse mesmo verbo representa a maneira como ela atestou a informação, ou seja, por meio da visão. Entretanto, na sequência, para completar a informação dizendo o que ela viu, a Senadora faz uso de “algumas pessoas dizerem”, em que o verbo dizer implica uma informação atestada por meio da audição, na relação um tanto lógica: alguém fala - alguém escuta. Assim, verifica-se que a Senadora não se contradisse, apenas utilizou o verbo *ver* com o sentido de ouvir, da mesma maneira que se diz coloquialmente: *Você viu aquela música de fulano?* ou *Eu vi a notícia no rádio.*

Dessa forma, é importante ressaltar, a partir do que se observa no exemplo (3), que, embora os discursos políticos realizados em sessões do Senado Federal sejam elocuições formais, podem apresentar ocorrências que fogem a essa condição.

No exemplo (4), o verbo *ver* representa a forma como a informação foi atestada, entretanto a fonte responsável por atestar a informação não é a Senadora HH, e sim todo o Senado (Casa) para o qual ela presta a informação ao mesmo tempo que a qualifica como sendo de domínio comum de todos que fazem parte do Senado.

O mesmo ocorre no exemplo (5), em que o verbo na primeira pessoa do plural apresenta a informação como sendo de domínio comum daqueles para quem se fala, tendo sido obtida por meio da visão:

(5) Claro que, do ponto de vista do parasitismo a que ele se propõe, certamente dá certa sobrevida aos países parasitários, para que tenham a oportunidade de continuarem vivos nessa estrutura do capital. Vimos o que ocorreu no Brasil. Até agora, só aconteceu o básico; ainda não vivemos o que ocorreu com o Leste Asiático, com a Argentina. (HH)

Nos exemplos (3), (4) e (5), o que se pode observar em comum é que o significado exercido pelo verbo *ver* não é exatamente o de enxergar algo, mas o de vivenciar, ter conhecimento, obter a informação de alguma maneira. Isso é possível pelo processo de gramaticalização, porque a língua é mutável e adaptável. Du Bois (1985) trata desse processo que ocorre devido à competição entre motivações internas e externas: por um lado, a língua é adaptável, pois responde às pressões externas; por outro lado, não deixa de ser um sistema, pois conserva certas categorias gramaticalizadas para serem usadas como formas cristalizadas.

Vale ressaltar que, apesar de terem baixa frequência de ocorrência nos discursos analisados, a EV direta visual e a direta auditiva têm grande importância e fazem parte das escolhas linguísticas do falante por constituírem uma informação

presenciada pelo falante, o que não permite, de certo modo, que essa informação seja questionada ou negada por seus opositores, por exemplo.

Para entender os dados que serão apresentados a seguir no quadro 2, é necessário retornar aos dados do quadro 1 e retomar a frequência de ocorrência da EV de tipo indireta (responsável por 95,5% das ocorrências de EV) . Esse tipo de EV divide-se em dois tipos: inferida e relatada, e são esses dois tipos os que mais receberam destaque no *corpus* analisado. Observem-se, no quadro a seguir, a frequência de ocorrência encontrada para cada um desses tipos da EV indireta:

| | N | % |
|----------|-----|----|
| INFERIDA | 29 | 6 |
| RELATADA | 440 | 94 |

Quadro 2: *Frequência de ocorrência da EV indireta de tipo inferida e de tipo relatada*

No quadro 2, é possível perceber a diferença na frequência de ocorrência da EV inferida (6%) e da EV relatada (94%). Um dos fatores consideráveis para essa diferença numérica é o fato de a EV indireta inferida estar restrita ao falante, ou seja, por meio dela o falante apresenta uma informação na qual ele se configura como responsável, e essa informação foi obtida por meio de suas inferências, de seu conhecimento de mundo etc.

Ademais, apresentar a informação a partir de uma inferência pode permitir que a afirmação seja questionada e perca credibilidade, pois é baseada apenas naquilo que o falante pensa. Ao fazer uso desse tipo de EV, o falante, apesar de se configurar como fonte de informação, consegue não se comprometer demais, pois permite que seja questionado e, ao mesmo tempo, consegue admitir que se equivocou quando for questionado. Os exemplos (6) e (7) caracterizam esse tipo de EV:

(6) Pela terceira vez este ano, a Comissão Especial de Alimentos Geneticamente Modificados, na Câmara Federal, prepara-se para votar o relatório do Deputado Confúcio Moura na próxima quarta-feira. O projeto estava em pauta e, em um processo de disputa, parece-me que foi retirado. (MS)

(7) Mas, é bom que o povo brasileiro saiba, e imagino que o saiba, que essa concessão de empréstimos, essas operações de crédito nada mais são que dólar em caixa, dinheiro esse que não pode ser convertido em moeda corrente, portanto, não pode ser convertido em real. (HH)

Nos exemplos (6) e (7), observam-se informações que foram apresentadas tendo como fonte responsável o falante por meio do uso de formas na primeira pessoa do singular. Entretanto, a forma como a informação foi obtida é configurada como sendo de inferências do falante e não de um fato concreto, uma cena presenciada, um discurso ouvido etc., e sim aquilo que parte de suas ideias e de seu conhecimento.

É interessante observar que houve poucas ocorrências da EV inferida. Isso mostra que as senadoras cujos discursos são analisados neste trabalho não apresentam, com frequência, informações baseadas em suas inferências. Um motivo provável para esse fator é que, pela situação em que se encontram, ou seja, em um espaço ainda masculino, elas procuram usar os argumentos pautados em outras fontes menos questionáveis. Isso pode ser comprovado pela frequência de ocorrência da EV relatada.

A EV relatada subdivide-se em três tipos: de Fonte Definida, de Fonte Indefinida e de Domínio Comum. É a EV relatada que melhor representa a presença da EV nos discursos analisados. O quadro abaixo traz a frequência de ocorrência de cada um desses tipos específicos de EV relatada:

| | N | % |
|------------------|-----|----|
| FORTE DEFINIDA | 289 | 66 |
| FORTE INDEFINIDA | 123 | 28 |
| DOMÍNIO COMUM | 28 | 6 |

Quadro 3: *Frequência de ocorrência das EVs relatadas de fonte definida, fonte indefinida e de domínio comum*

No quadro 3, pode-se observar que a EV direta relatada de fonte definida tem a frequência de ocorrência mais alta (66%). Esse tipo de EV isenta o falante de responsabilidade pela informação prestada, atribuindo a fonte da informação a alguma pessoa, órgão, instituição, jornal ou revista.

O que diferencia a EV de fonte definida dos demais tipos é que, nesses casos, o falante cita um nome específico como responsável pela informação. Isso justifica o uso frequente que as senadoras fazem desse tipo de EV, pois apresentar a fonte de informação pode dar credibilidade ao discurso. E é por esse motivo também que essa modalidade da EV é tão usada em trabalhos acadêmicos, pois pode garantir autoridade ao que é dito. Nos exemplos a seguir, podem ser observados alguns dos motivos pelos quais se especifica e se recorre a determinada fonte:

(8) O Senador José Roberto Arruda faz uma insinuação em relação a Orestes Quércia, que é do PMDB, Partido que também é da base de sustentação do Governo. (HH)

(9) Só que o investimento começou sendo feito, e 40% já foi feito, segundo o autor do projeto, meu colega Senador Jonas Pinheiro, sem que o Congresso tivesse dado a autorização. (MS)

Nos exemplos (8) e (9), encontram-se dois casos prototípicos de EV direta relatada de fonte definida. Em (8), a Senadora HH atribui ao senador José Roberto Arruda a responsabilidade pela insinuação feita em relação a Orestes Quércia. Por ser um assunto polêmico, é interessante ao falante isentar-se da responsabilidade pela informação.

Em (9), por outro lado, o assunto apresentado não gera polêmica. Assim, pode-se afirmar que a definição da fonte da informação é usada para garantir credibilidade à informação apresentada, uma vez que, quando se trabalha com dados em relação a investimentos e realizações, é importante a apresentação de

alguém que tenha autoridade para justificar a informação, nesse caso o autor do projeto, Senador Jonas Pinheiro. Observe-se o exemplo (10):

(10) Quem teve oportunidade de ver as entrevistas dadas por um economista considerado moderado e conservador, prêmio Nobel de economia, numa revista de economia também considerada conservadora, a revista Forbes, notou as críticas importantes ao chamado receituário do FMI. (HH)

Nesse exemplo, mais uma vez há a busca de uma fonte para garantir autoridade e ao mesmo tempo dar credibilidade à informação apresentada. Desse modo, a Senadora HH apresenta adjetivos para qualificar a fonte das críticas feitas ao FMI, apresentando um economista conservador, o qual recebeu o prêmio Nobel de economia. Esse economista dá entrevista para uma revista que também é conservadora e cuja especialidade é a economia. A caracterização da fonte da informação, como no exemplo (10), possibilita a quem a recebe dar credibilidade, ou não, à informação.

No exemplo (11), apresentado a seguir, a busca pelo argumento de autoridade se dá pelo uso da citação da Constituição Federal. A Senadora MS enfatiza a importância desse instrumento que rege direitos e deveres, tornando inquestionável a veracidade do que apresenta, uma vez que é um artigo da Carta Magna do Brasil.

(11) Reza a Constituição de nosso País, e não um estatuto ou cantilena trotskista, leninista ou marxista, o instrumento mais importante para caracterizar a ordem jurídica vigente, em seu art. 1º, inciso I, da soberania nacional. O art. 170 da Constituição, no capítulo Da Ordem Econômica e Financeira, tem como tema, também em seu inciso I, a soberania nacional. (MS)

Em (12), há uma ocorrência interessante, pois a Senadora MS se coloca como fonte responsável pela informação por meio do uso do verbo epistêmico *saber*. Entretanto, logo em seguida, agrega o senador Gilvam Borges como fonte que também tem conhecimento da informação. O motivo pelo qual isso ocorre é a busca de alguém a mais para assumir a responsabilidade pelo conhecimento apresentado.

Dessa forma, a Senadora MS não se qualifica sozinha como fonte da informação (o que pode gerar questionamentos e tirar credibilidade da informação), pois compromete também o senador Gilvam Borges como conhecedor da informação, o que configura maior confiabilidade à informação. O uso específico do nome do senador Gilvam Borges, e não de outro senador, não quer dizer que apenas ele tenha conhecimento da informação, entretanto, provavelmente, é nele que a Senadora deposita maior credibilidade sobre esse assunto.

(12) Evidentemente, sei, assim como o Senador Gilvam Borges, um Parlamentar que se diz extremamente preocupado, e se apresentou como tal, com a questão do conhecimento, das universidades e do setor público de forma geral e que, como membro da base governista, analisou com cautela a previsão orçamentária, que não estamos buscando varinha de condão, embora eu não tenha nada contra as fadas ou as bruxas. (HH)

No exemplo (13), a Senadora MS apresenta a informação e, na sequência, isenta-se da responsabilidade, apontando uma fonte “qualificada” para justificá-la, ou seja, um famoso jornalista. Ainda nesse exemplo, a Senadora acrescenta uma informação como se fosse de domínio comum ao afirmar *e todos sabem o que é*.

(13) Livre mobilidade de capitais, aqui entra, de forma muito preciosa, o debate do Fundo Monetário Internacional, eliminação dos obstáculos criados pelas barreiras nacionais aos recursos estrangeiros. Isso ficou conhecido, e não dito por mim, mas caracterizado pelo famoso jornalista americano John Thomas

Friedman, como rebanho eletrônico, e todos sabem o que é: fundos mútuos, bancos comerciais, seguradoras e outras instituições que administram profissionalmente os chamados recursos financeiros. (MS)

Nos exemplos (14) e (15), há exemplos típicos de EV direta relatada de fonte definida, utilizando como fonte um órgão governamental (14) e um jornal (15):

(14) Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, há cerca de 197 mil posses cadastradas no Incra com área inferior a um módulo fiscal, um módulo fiscal é de 100 ha, e outras 97 mil ocupações entre 1 e 4 módulos fiscais. (HH)

(15) A Folha de S.Paulo de 13 de abril deste ano traz importante matéria: Questão Indígena. Casal de índios caiovás comete suicídio em Mato Grosso do Sul. (HH)

Com base nos exemplos e na análise dos discursos, a EV relatada de fonte definida foi a que apresentou frequência de ocorrência mais alta, o que atribui aos discursos senadoras e, conseqüentemente aos discursos políticos em geral, uma característica peculiar: a de buscar, com frequência, uma fonte de informação para pautar seus discursos. Os motivos pelos quais isso ocorre foram apresentados nos exemplos analisados, e vão desde a busca por argumento de autoridade até a isenção da responsabilidade em um assunto polêmico. Independente de qual seja o motivo pelo qual a fonte da informação é apresentada, as senadoras sempre buscam uma fonte para pautarem suas informações, o que se configura como uma característica de seus discursos.

É importante ressaltar que, apesar do grande número de ocorrências da EV de fonte definida, muitas dessas ocorrências definiam como fonte da informação a própria falante, sendo a fonte marcada por formas verbais de primeira pessoa, ou

substantivos com características evidenciais. Mais de 20% das ocorrências de fonte definida foram marcadas pela primeira pessoa, colocando as senadoras como fonte responsável pela informação. Alguns exemplos dessas ocorrências estão na sequência:

(16) Sei que a Constituição vem sendo rasgada ao longo da história, com a omissão e cumplicidade do Congresso Nacional.
(HH)

(17) Sei que existe uma preocupação muito grande de todos os Senadores, sei que existe uma preocupação grande da sociedade com relação aos trabalhos legislativos.(HH)

(18) Sei que o Senador João Pedro apresentou outras emendas.(MS)

(19) É claro que eu tenho absoluta certeza de que as autoridades judiciais têm todo o conhecimento, toda a competência e capacidade de fazer a mediação desse conflito, porque é o papel dos Poderes instituídos de acordo com a nossa legislação, mediante o Estado de direito, que a duras penas fomos capazes de viabilizar.(MS)

(20) Nesta sessão, discutem-se vários assuntos importantes, mas eu gostaria de centrar a minha fala exatamente naquilo que, no meu entendimento, se constitui num marco para este dia, que não deveria ficar limitado a um dia de celebração das nossas preocupações.(MS)

Um dos motivos que justifica a alta frequência de ocorrência da EV de fonte relatada em primeira pessoa é o fato de que as senadoras em questão são mulheres que conquistaram seu espaço na política por sua força de vontade, suas lutas, suas conquistas e, principalmente, por suas experiências de vida e seus conhecimentos adquiridos ao longo de suas carreiras políticas. Sendo assim, fazer uso de primeira pessoa apenas reforça suas experiências e todo conhecimento que elas adquiriram ao longo dos anos.

É importante ressaltar que a utilização desses verbos ocorre, oportunamente, quando o tema permite, ou seja, quando suas experiências e seus conhecimentos permitem qualificar a informação. Em outras situações, como já dito anteriormente, é feita a citação de outras fontes.

Pode-se, assim, justificar o uso de formas verbais de primeira pessoa e o comprometimento das senadoras com a informação, por meio do conceito de *ethos* discursivo e da consideração de que o objetivo principal de todo discurso é a persuasão e, como afirma Maingueneau (2006, p. 55),

a persuasão só é obtida se o auditório pode ver no orador, que ele tem o mesmo *ethos* que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele.

Dessa forma, ao levar em consideração o conceito de *ethos* para os discursos das senadoras, é possível afirmar que o uso frequente de primeira pessoa do singular é uma tentativa de assegurar uma imagem que vem sendo construída ao longo dos anos, pois, desde o período de eleição, as Senadoras são caracterizadas pelo seu discurso de comprometimento com causas nobres e pela participação direta em variados projetos que visam melhorar a situação, em especial, da camada carente da população.

Assim, marcar o comprometimento com a informação não se configura como um problema de falta de credibilidade na fonte da informação, por outro lado, faz que as Senadoras ganhem credibilidade por estarem comprometidas e serem conhecedoras de muitos fatos e fatores que cercam a política e a sociedade brasileira.

O segundo tipo de EV com maior frequência de ocorrência (28%) foi a direta relatada de fonte indefinida. Nesse tipo de EV, o falante apresenta uma fonte como responsável pela informação, porém essa fonte é genérica, e não apresenta de forma específica um nome responsável, deixando incerto o responsável pela informação. Observem-se os exemplos a seguir:

(21) O terrorismo eleitoral, a vigarice política, o banditismo que está sendo feito em vários lugares deste País é inadmissível, porque se aproveitam da dor, do sofrimento e da angústia de um pai de família, que muitas vezes veem na bolsa-escola e na bolsa-renda a única possibilidade de alimentar seus filhos, dizendo que, em qualquer lugar em que a Oposição for vencedora, não poderão contar com mais nenhum desses mecanismos para contribuir para o sustento de suas famílias. (HH)

(22) Com certeza, quem vive a realidade do Brasil e do mundo consegue, com muito pouco, desmistificar o receituário, a pose e o moralismo farisaico do Fundo Monetário Internacional. Quem lê sobre a questão já sabe como se apresentam: são o alto comando, um comitê para a salvação do mundo. Várias revistas importantes e jornais já o caracterizaram dessa forma. (HH)

(23) São tantos os que têm aposentadoria especial, mas falam contra a aposentadoria especial para o trabalhador da educação, da saúde, da segurança pública. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se trata de coisa qualquer. O pior mesmo é saber onde está a inspiração. Está lá, no acordo com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional. (HH)

(24) Mas não vou deixar de registrar: estou sorrindo diante do cinismo e da dissimulação de muitos que, na semana passada, estavam aqui dizendo, em arroubos de arrogância e intolerância, que não se podia abrir CPI porque a Polícia Federal já estava investigando. (HH)

(25) Hoje, são os ambientalistas que estão dizendo o que podem fazer pelo desenvolvimento. (MS)

(26) Em três séculos de ocupação, segundo historiadores e antropólogos, foram massacrados a cada século um milhão de pessoas, Senador Edison Lobão. (MS)

(27) Devem ter se encolhido na cadeira e pensado que o Padre Vieira não estava falando do sermão de Santo Antônio aos peixes, que, cansado de pregar aos homens, Santo Antônio foi pregar à beira do mar. Dizem que os peixes levantaram meio corpo para ouvir o sermão. (HH)

Os exemplos de (21) a (27) são representações da EV direta relatada de fonte indefinida e mostram como esse tipo de EV é usado, na maioria dos casos, como forma de isentar o falante da responsabilidade pela informação apresentada e, ao mesmo tempo, apresentar uma fonte como responsável. Entretanto as fontes apresentadas não comprometem ninguém específico para assumir essa responsabilidade.

Especificamente nos exemplos (21), (22), (23) e (25), observam-se assuntos polêmicos, e as fontes apresentadas são responsáveis por informações agravantes que podem gerar comprometimento do responsável pela afirmação. A indeterminação da fonte é o motivo pelo qual se faz uso de pronomes em terceira

pessoa do plural como *eles* ou mesmo de verbos em terceira pessoa do plural, para assegurar a informação.

Também, é possível encontrar pronomes indefinidos, caracterizando a fonte da informação polêmica, como ocorre no exemplo (24) em que se diz: “... *estou sorrindo diante do cinismo e da dissimulação de muitos que, na semana passada, estavam aqui dizendo, em arroubos de arrogância que não se podia abrir CPI*”. Como é possível observar nesse exemplo, o uso de palavras como *cinismo*, *arrogância* e *dissimulação* comprometem o caráter de quem é responsável por dizer que não era possível abrir CPI. Por esse motivo, a Senadora HH usa o pronome indefinido *muitos* para qualificar quem é responsável pela informação, fazendo, desse modo, uma crítica grave, sem indicar especificamente quem seja.

O exemplo (28), apresentado a seguir, traz o Governo como fonte de informação. Apesar de haver a possibilidade de considerar o Governo como uma fonte definida, por ser um nome específico, não é plausível tal consideração, pois determinar o Governo como responsável por fazer algo ou dizer algo implica em uma porção de possibilidades de quem seja realmente o responsável específico. Isso ocorre porque o Governo é constituído por um aglomerado dos que têm a seu cargo a administração de um país, o que deixa incerto quem seja o responsável pela informação, sendo assim uma fonte genérica e indefinida. O exemplo (28), além de apresentar o Governo como responsável por *falar* do passado, ainda retoma, logo em seguida, Governo como sendo fonte indefinida representada pelo pronome em terceira pessoa do plural *eles* em *eles falam*:

(28) É muito engraçado o Governo que V. Ex^a representa falar do passado como se o passado não fosse presença no Governo. Eles falam do passado como se fossem forças extraterrestres, discos voadores que passaram, assolando administrações em corrupção e, de repente, foram exterminadas, diluídas. (MS)

O último tipo de EV apresentada é a de domínio comum. Esse tipo de EV indireta relatada teve 9% de ocorrência no *corpus* analisado. Por meio do uso da EV de domínio comum, o falante compartilha a informação como sendo de conhecimento de toda a comunidade discursiva na qual está inserido. Algo que deve

ser ressaltado é que nem sempre a informação apresentada é realmente de domínio comum. Entretanto, o falante, para não assumir sozinho a responsabilidade pela informação ou para não apresentar uma fonte específica, apresenta a informação como sendo de domínio comum por meio de verbos em primeira pessoa do plural. Observem-se os exemplos a seguir:

(29) É do conhecimento de todos que as chamadas políticas compensatórias, ou seja, bolsa-renda, bolsa-escola, vale-gás, embora não tenham um grande significado do ponto de vista da construção de uma nação soberana, justa e igualitária, em muitos momentos, significam a única opção para garantir que mulheres, homens e famílias pobres deste País tenham as condições mínimas de sobrevivência.(HH)

(30) É evidente que todos nós que somos honestos intelectualmente, que sabemos que uma CPI não paralisa os trabalhos da Casa, não paralisa o País, todos sabemos que sequer poderá funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito havendo votação no plenário.(HH)

(31) Vinte e cinco milhões de hectares de imensa riqueza florestal que, sabemos, sem o devido cuidado que se precisa tomar em relação a elas, nós daqui a algum tempo veremos o que acontecerá com a expectativa que se cria de posse, de regularização dessas terras irregularmente ocupadas.(MS)

(32) A qualquer tentativa de mostrar que os que originariamente aqui estavam têm direito também às suas terras, nós já dizemos que é terra demais; que isso é querer interferir na soberania do nosso País.

Além dos exemplos apresentados anteriormente, ainda foram encontradas ocorrências em que as Senadoras usam a primeira pessoa do plural para substituir a primeira pessoa do singular, deixando incerto se a Senadora fala somente por ela ou representa alguém mais:

(33) Nós fazemos esse discurso por não compreendermos que, para que os índios possam inclusive reivindicar saúde, educação e outros benefícios, eles precisam, sim, das suas terras.(MS)

(34) A demarcação das terras, como dissemos, não muda em nada a situação existente. Portanto, se não havia risco antes, continua não havendo. Até porque, em muitas regiões, a única presença que assegura a nossa soberania, a nossa identidade, a nossa língua, a nossa presença é a presença dos índios. (MS)

O uso de formas verbais em primeira pessoa do plural é comum em discursos políticos, como encontrado no trabalho de Dall’Aglio-Hattner (1995) sobre os discursos do ex- Presidente Collor de Mello, em que é analisada a ME. De acordo com Dall’Aglio-Hattner (1995), ao utilizar a primeira pessoa do plural, Collor buscava uma divisão de responsabilidades, apresentando sua certeza e seu saber como compartilhados, em que o discurso do eu e do nós se alterna: “eu para o poder e nós para a divisão do trabalho, das responsabilidades” (p. 96).

O objetivo com que as formas verbais em primeira pessoa do plural são usadas nos discursos do ex-Presidente Collor é o mesmo pelo qual as senadoras fazem uso dessas formas verbais em seus discursos, ou seja, há a busca pela divisão da responsabilidade e do trabalho (nós) e, ao mesmo tempo, a busca pelo mérito e pelo poder (eu). Entretanto, aqui as formas pelas quais elas comprometem um público maior vão além de apenas verbos de conhecimento, como no caso *é do conhecimento de todos* ou *nós fazemos esse discurso*.

De um modo geral, como se pode observar, os discursos das Senadoras tiveram a EV de tipo relatada e a EVde fonte definida como principal representante dessa marca enunciativa. Isso ocorre porque a busca por uma fonte de informação

terceirizada pode garantir maior credibilidade ao discurso e, ao mesmo tempo, isentar a responsabilidade do falante em relação ao que está sendo apresentado.

Um fator que foi observado durante a análise dos discursos é que as informações mais complexas, que necessitam de algum tipo de garantia, receberam uma fonte definida para garantir credibilidade. Assim foram usados nomes de autoridades para que a informação ganhasse valor e não pudesse ser questionada facilmente por quem a recebia.

Por outro lado, as informações mais polêmicas, que geram certos questionamentos, foram pautadas em fontes, entretanto essas fontes foram indefinidas, para, dessa forma, isentar alguém em específico da responsabilidade. Assim, as Senadoras não se colocaram como fonte de informações polêmicas e também não se comprometeram apontando nenhum nome específico como responsável.

Toda essa análise mostra que as senadoras, apesar de manterem compromisso com seu discurso, pois apresentam suas experiências, ações e conhecimentos, ainda recorrem a outras fontes com maior frequência. Outras fontes são buscadas pela necessidade de garantir informações e também como forma de isentá-las de maiores responsabilidades. Todas essas características identificadas constituem, assim, marcas do *ethos* construído pelos políticos a fim de garantirem seu espaço na política.

3.1.1 Análise da frequência de ocorrência dos meios de expressão da EV

A expressão da EV pode ocorrer representada por classes gramaticais como substantivos, preposições, adjetivos e por verbos. Além dos meios gramaticais, a EV também faz uso de meios lexicais somando mais de uma classe gramatical, expressões, ou mesmo sentenças inteiras com sentido evidencial.

No *corpus*, foram quantificados os verbos, adjetivos, preposições e substantivos. No quadro a seguir, apresenta-se a frequência de ocorrência de cada uma dessas classes de palavras utilizadas para a expressão da EV.

| | N | % |
|--------------|-----|------|
| VERBOS | 391 | 79,6 |
| SUBSTANTIVOS | 48 | 9,8 |
| PREPOSIÇÕES | 43 | 8,8 |
| ADJETIVOS | 9 | 1,8 |

Quadro 4: *Frequência de ocorrência das classes gramaticais na expressão da EV*

Como pode ser observado, os verbos apresentam a maior frequência de ocorrência (79,6%), uma vez que a amplitude dessa classe gramatical pode representar EV de várias maneiras, seja pelo tempo verbal, pelo modo verbal, ou pela pessoa do verbo. Entretanto, vale ressaltar que nem sempre os verbos apareceram sozinhos. Em muitos casos, eles apareceram acompanhados de outras classes gramaticais para conferir valor evidencial ao enunciado. Os verbos de elocução foram os que mais apresentaram ocorrências, por terem como característica básica introduzir discurso, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

(35) E os que diziam que íamos privatizar a Amazônia o faziam por que estávamos afirmando que as terras seriam públicas, continuariam públicas, mas que, após a criação das unidades de conservação, após a destinação para atendimento das reservas extrativistas, as áreas que fossem identificadas como de potencial para o manejo florestal sustentável poderiam ter concessões onerosas para pequenos, grandes e médios proprietários da indústria florestal. (MS)

(36) Algumas vezes, como no último caso, para motivar o discurso perante a opinião pública, dizem tratar-se de bancos públicos estaduais geridos pelo poder público local, muitas vezes corrupto e inconsequente. (HH)

(37) Uma contradição, inclusive, com a Carta dos Governadores, no Estado do Pará, em que os próprios Governadores disseram que querem, sim, o ordenamento territorial e fundiário, que querem a regularização fundiária. (HH)

Nesses exemplos, o verbo *dizer* é empregado como marca evidencial. Em (36) e (37), ele representa a fonte evidencial por meio do plural em terceira pessoa constituindo a EV de fonte indefinida. Em (37), o verbo dizer é a marca evidencial que está ao lado da fonte evidencial, que são os governadores.

(38) Antigamente, quando se falava disso, parecia que eram alarmes feitos por ambientalistas radicais querendo aterrorizar as pessoas para que, a partir desse medo, tivessem algum cuidado com a natureza. (MS)

(39) Ao contrário do que se diz, existem normas claras e precisas assegurando o exercício de atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, compreendendo os seguintes aspectos. (MS)

Nos exemplos (38) e (39), pode-se observar os verbos de elocução *falar* e *dizer* representando um tipo de EV de fonte indefinida formado pelo verbo ao lado da partícula “se”, o que gera a indeterminação do sujeito.

No exemplo (40), há ocorrência do verbo epistêmico *saber* como marca evidencial. Nesse caso, esse verbo também qualifica a fonte como sendo de domínio comum, por estar na primeira pessoa do singular.

(40) Hoje, sabemos que o aquecimento do clima é um fato e, se tivermos um aumento de temperatura de um ou dois graus, poderemos ter elevação do nível dos mares, perda de precipitação de chuvas em várias regiões do planeta, perda de biodiversidade em mais de 30%, e um prejuízo elevadíssimo em nossa economia de mais de 20% do PIB global do planeta. (MS)

Nos exemplos a seguir, observam-se outros verbos com qualificação evidencial:

(41) Outra sugestão, Sr. Presidente, é a de que essa medida provisória inaugure uma nova prática aqui, no Congresso, é a de que a Comissão responsável por dar parecer às medidas provisórias, parece-me que não se tem reunido, possa se reunir e a de que os Relatores, o da Câmara e o do Senado, estabeleçam um debate dentro das Casas e com a sociedade, com a participação dos diferentes segmentos, por meio de audiências públicas, envolvendo o setor governamental, o do agronegócio, o de ambientalistas, as comunidades, os diferentes setores. (MS)

(42) Eles, diferentemente do processo vicioso e viciado de, muitas vezes, levar pauta de reivindicação para as autoridades, vão entregar ao Presidente da República, para os Ministros e, parece-me, também para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado não uma pauta de reivindicação. (MS)

(43) Mas, é bom que o povo brasileiro saiba, e imagino que o saiba, que essa concessão de empréstimos, essas operações de crédito nada mais são que dólar em caixa, dinheiro esse que não pode ser convertido em moeda corrente, portanto, não pode ser convertido em real, para viabilizar os interesses dos chamados credores do Estado brasileiro, aqueles que conhecemos o seu significado. (HH)

Nos exemplos anteriormente apresentados, são os verbos *parecer* e *imaginar* que representam esse tipo de EV, sendo que o verbo *parecer* não tem o sentido de semelhança, que geralmente lhe é atribuído, e sim de marcador de opinião. O mesmo ocorre com o verbo *imaginar* que, no exemplo, não denota a imaginação em si, mas a representação de uma informação gerada a partir de uma ideia, de uma opinião.

O verbo *parecer*, em especial, que aqui aparece como marcador de EV, também constitui ME, devido à proximidade que essas duas marcas têm. Os estudos de Gonçalves (2003) sobre a gramaticalização desse verbo especificam que, devido aos processos de gramaticalização, é possível que, no português do Brasil, somente a evidência indireta seja gramaticalizada e a evidência direta seja tida como forma não marcada ou marcada por zero. Dessa forma, em sua trajetória de gramaticalização, o verbo *parecer* pode deixar de codificar ME, passando a determinar somente valor evidencial, o que elimina a ambiguidade encontrada na ocorrência desse verbo.

Nos exemplos a seguir, por outro lado, encontram-se exemplos de verbos que acompanham substantivos para exercer valor evidencial. No trabalho de Neves (2006) sobre as formas de expressão das modalidades, está presente a co-ocorrência de nome modalizador na posição de objeto de verbo-suporte formando, conjuntamente, o predicado representante da modalidade. O mesmo já ocorre com a EV, pois os nomes (substantivos) ocorrem ao lado de verbos suporte, em especial *fazer*, para assumir qualificação evidencial:

(44) Presidente é o fato de que qualquer capitalista de plantão, qualquer cínico enamorado da terceira via, qualquer neoliberal convicto, qualquer uma das formulações ideológicas ou partidárias do nosso País ou do mundo, sempre fazem o discurso de que saúde, educação, segurança pública, assistência social, assistência agrícola ao pequeno e médio agricultor e ao assentado são obrigação do Estado. (HH)

(45) Houve intensa mobilização de alguns setores ambientalistas que, na oportunidade, fizeram críticas, principalmente os movimentos sociais, em relação à aprovação de uma proposta sobre alimentos transgênicos em nosso País. O relatório, há duas semanas, tem sua votação seguidamente adiada. (MS)

(46) Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que vários Parlamentares tiveram a oportunidade de fazer considerações na Casa sobre o aniversário da Embrapa. (HH)

Além desses exemplos, outros casos trouxeram apenas substantivos com função evidencial, como se observa a seguir:

(47) O parecer do Deputado peemedebista de Rondônia favorece a liberação comercial dos organismos geneticamente modificados e flexibiliza a obrigatoriedade das informações nos rótulos desses produtos. (MS)

(48) Sem punir os corruptos serão necessários mais de 500 anos para sermos um país decente essa é uma das conclusões das pessoas interrogadas sobre a corrupção. (MS)

No exemplo (47), ao lado do substantivo, há a presença da fonte responsável pela informação. Em (48), ao lado do substantivo *conclusões*, há uma fonte não definida representada por *pessoas interrogadas sobre a corrupção*.

(49) É do conhecimento de todos que as chamadas políticas compensatórias, ou seja, bolsa-renda, bolsa-escola, vale-gás, embora não tenham um grande significado do ponto de vista da construção de uma nação soberana, justa e igualitária, em muitos momentos, significam a única opção para garantir que mulheres, homens e famílias pobres deste País tenham as condições mínimas de sobrevivência; porque ninguém vive com isso. (HH)

No exemplo (49), observa-se o verbo *ser* ao lado do substantivo *conhecimento* que garante qualificação evidencial. Ainda nesse exemplo, a expressão *de todos* faz desse um exemplo de EV de domínio comum.

Além dos substantivos, as preposições e as locuções prepositivas foram utilizadas ao lado de outras classes para expressar EV:

(50) Portanto, cabe ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo representar idéias de um determinado setor da sociedade e exercer a atividade legiferante, que é de legislar, portanto, alterar a legislação, aperfeiçoá-la ou piorá-la, conforme minha percepção, ou melhorá-la conforme a percepção de algum liberal. (HH)

(51) Tenho certeza de que toda a esperança depositada no companheiro Lula na Presidência da República deverá significar mudanças estruturais profundas, até porque sei que nem Lula, nem o PT vai querer repetir na vida aquele velho trechinho de um poema de Patativa do Assaré, segundo o qual: Somente o rico na terra tem o seu nome na História. (HH)

(52) Segundo pesquisa de Sônia Rocha, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, havia, em 1998, 33,4% da população brasileira vivendo na pobreza. (MS)

(53) De acordo com a pesquisa, seria necessário que fossem investidos R\$143 milhões por mês no Maranhão para que fosse revertido esse quadro. (MS)

Nos exemplos de (50) a (53), as fontes evidenciais são introduzidas por meio do uso de preposições. De um modo geral, pode-se dizer que as preposições e as locuções prepositivas são representantes em potencial de EV de fonte definida e indefinida, uma vez que elas têm a possibilidade de apresentar algo ou alguém como responsável pela informação.

Os adjetivos apareceram em menor número na expressão de EV. No exemplo (54), ao lado dos adjetivos, há a presença do verbo *ser* introduzindo uma marca evidencial e de uma preposição encerrando essa marca. Em (55), por outro lado, o adjetivo aparece como qualificação do substantivo *matérias* conferindo a ele noção evidencial:

(54) Essa é uma questão que o tempo todo, Senador Paim, Senador João Pedro, é colocada por algumas pessoas, por alguns segmentos do Governo de Roraima, e pelo próprio Governo. (MS)

(55) As matérias divulgadas domingo no programa Fantástico e ontem no Profissão Repórter sobre as queimadas e o desmatamento na Amazônia são muito fortes e trazem para dentro de nossas casas as imagens da chacina que vem sendo praticada na Amazônia contra a floresta, contra a biodiversidade e contra o futuro do Brasil.

Ao se encerrar a análise da EV, foram identificadas algumas características que representam os discursos políticos. Uma delas é a principal responsável pelas ocorrências da EV, ou seja, o uso frequente de EV relatada de fonte definida. Essa característica indica que os políticos ainda recorrem, com frequência, a uma fonte terceirizada para pautarem seus discursos.

O uso de fontes terceiras para garantir o discurso indica que há certa insegurança em garantir as informações. Também se verifica que, nesses discursos, está sempre presente a necessidade de se afirmar as informações por meio da apresentação de uma fonte qualificada.

Ademais, o uso elevado de verbos em primeira pessoa também representa uma característica dos discursos políticos. É importante ressaltar que as informações expressas por esses verbos dizem respeito apenas aos conhecimentos adquiridos por meio de experiências pessoais, pois, para os assuntos relacionados às mais diversas informações, utiliza-se a EV relatada de fonte definida, como dito anteriormente.

3.2 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DOS TIPOS DE ME

Nos discursos selecionados para este trabalho, a ME foi analisada a fim de verificar se o conhecimento apresentado é objetivo, ou seja, diz respeito a um EC e não depende do conhecimento do falante; ou se é subjetivo, isto é, o conhecimento é apresentado de acordo com as experiências do falante. É importante lembrar que foram encontradas 264 ocorrências de ME. No quadro a seguir, é possível observar a frequência de ocorrência para a modalidade objetiva e para a modalidade subjetiva:

| | N | % |
|-----------|-----|------|
| OBJETIVA | 49 | 18,5 |
| SUBJETIVA | 215 | 81,5 |

Quadro 5: *Frequência de ocorrência da ME objetiva e da ME subjetiva*

Nesse quadro, observa-se que há uma grande diferença na frequência de ocorrência da ME objetiva (18,5%) e da ME subjetiva (81,5%). Isso ocorre porque, ao usar a ME objetiva, o falante está apresentando informações em relação a um EC em um mundo possível, sendo essas informações, muitas vezes, de domínio comum ou mesmo científico. Dito de outro modo, a ME objetiva é configurada quando o conhecimento apresentado diz respeito às possibilidades sobre um determinado EC. Esse conhecimento e essas possibilidades não serão, então, baseados em experiências do falante, e sim em uma série de outros fatores, como a lógica e as pesquisas científicas.

Os exemplos a seguir apresentam ocorrências da ME objetiva:

(56) (...) em vez de haver um estudo científico que possibilite às pessoas terem melhores sementes, realmente há sementes aparentemente melhoradas, mas estas são monopolizadas por essas empresas, e qualquer agricultor que delas queira lançar mão terá que pagar por elas. E aqueles, como no caso aqui citado, ocorrido no Canadá, que fizerem isso sem a compra, de moto próprio, poderão ser multados e condenados pela Justiça a pagar multas vultosas. (MS)

(57) Todas as nações do mundo têm suas estruturas de inteligência, seus instrumentos para a produção e análise de conhecimentos, que podem ser disseminados dentro da estrutura de um país por organismos internacionais, quando esteja em risco algo além da soberania nacional específica de um único país. (HH)

Nos exemplos supra-citados, há ocorrências de ME objetiva, pois os dois exemplos trazem possibilidades que são apresentadas pela fonte da informação (senadoras). Entretanto, o responsável por qualificar essas possibilidades não são elas e, sim, organismos externos: em (56) a possibilidade está pautada em leis que

existem e preveem que aqueles que cometem irregularidades podem ser punidos, dependendo do crime cometido; em (57) a possibilidade se concretiza por um conhecimento que diz respeito a um domínio comum, principalmente daqueles que estão inseridos na vida política e, conseqüentemente, na administração de um país.

Diferente do que ocorre nos casos anteriores, os exemplos a seguir trazem ocorrências da ME subjetiva. Observe-se:

(58) Eu gostaria de não estar fazendo este discurso. Talvez se tivéssemos revertido aquela ilegalidade na Comissão de Assuntos Sociais eu não estivesse tão carregada desse sentimento de que parece que tudo continua da mesma forma, apesar de ter vivido com radicalismo, na comemoração dos 500 anos na Bahia, em Coroa Vermelha, o drama que foi de conhecimento deste País inteiro: nossos índios foram chicoteados, achincalhados, humilhados em uma festa que poderia comemorar uma nova etapa da relação entre os dominados e aquele que dominou. (MS)

(59) Claro que sabemos que isso não obstaculiza a colocação na Ordem do Dia para votação, porque, se há maioria dos Líderes, há maioria da Casa, o projeto pode ser votado. Certamente, a Câmara está tentando, de alguma forma, sensibilizar o Governo em relação a isso. (HH)

(60) Lamentavelmente, apenas fazemos pose de que mexemos no orçamento, haja vista que o País compromete 63% do PIB para pagar juros do serviço da dívida. Na verdade, fazemos garimpagem orçamentária. (HH)

(61) Antes de pensarmos nesses problemas como de proteção militar às fronteiras, proteção esta que não pode ser negligenciada, teremos de pensar neste problema, também, do ponto de vista da violação dos direitos humanos. E isso ocorre tão profundamente que poderíamos dizer até que hoje vivemos um problema semelhante ao que acontece com as vítimas da África. (MS)

No exemplo (58), toda a informação está pautada em uma possibilidade gerada pela dúvida (talvez). Em (59) e (60), também há a presença de modalização. Entretanto, diferente do que ocorre em (58), o uso do advérbio *certamente* e o uso da expressão *na verdade* garantem ao enunciado uma certeza que não há no exemplo anterior.

Nos exemplos (58), (59) e (60), as avaliações sobre a informação dada são feitas com base nos conhecimentos do falante. Assim, é ele o responsável pelo que está dizendo. Por outro lado, no exemplo (61), ocorre um caso interessante, pois há a presença de modalização, representada pelo verbo *poder*. Não obstante, quem assume compromisso com o que está sendo dito não é apenas o falante, uma vez que ele, por meio do uso do verbo na primeira pessoa do plural, apresenta o conhecimento como se fosse de domínio comum.

Esse fato retoma a pesquisa de Dall’Aglio-Hattner (1995), já apresentada anteriormente no tópico de análise da EV, em que, como nos discursos do ex-Presidente Collor, o falante usa a primeira pessoa do plural a fim de compartilhar responsabilidade, dúvidas e certezas. O uso dessa forma verbal compromete o público ouvinte com a informação, ou seja, dizer *poderíamos* envolve um comprometimento de toda comunidade inserida na situação comunicativa.

É importante observar que a EV e a ME possuem características muito próximas, podendo ser representadas pelas mesmas classes gramaticais. Dessa forma, em muitos casos, o mesmo verbo, por exemplo, pode representar a dúvida ou a certeza e, ao mesmo tempo, qualificar a fonte da informação, principalmente os verbos em primeira pessoa do singular *acho*, *penso* etc, e em primeira pessoa do plural: *sabemos*, *conhecemos* etc.

Apresentar o conhecimento de forma subjetiva garante um comprometimento maior do falante com o que é dito, pois são suas experiências e conhecimentos que são apresentados. Entretanto, apesar disso, nos discursos analisados, a frequência de ocorrência desse tipo de modalidade predominou, como pode ser observado no quadro (6). Isso ocorre porque, na carreira política, marcar comprometimento gera uma credibilidade maior, uma vez que o político fala o que pensa.

Outro aspecto que foi analisado nos discursos foi o uso de expressão de dúvidas e de expressões de certeza, cuja frequência de ocorrência pode ser observada no quadro 6:

| | N | % |
|---------|-----|----|
| DÚVIDA | 166 | 63 |
| CERTEZA | 98 | 37 |

Quadro 6: *Frequência de ocorrência da ME representada por expressões de dúvida ou de certeza*

Como se pode observar, a preferência das senadoras é pelo emprego de modalizadores que expressam dúvida (63%) em relação aos modalizadores que expressam certeza (37%). Apresentam-se, a seguir, alguns exemplos de ocorrências com expressões modalizadoras de dúvida.

(62) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como a mãe que acariciou a filha e lhe disse que melhor seria ter ela nascido tonta, também para muitos de nós, Senador Romeu Tuma, melhor seria termos nascido demagogos, neoliberais, termos nascido carreiristas obcecados, covardes. Talvez fosse muito mais cômodo.

(63) Do ponto de vista desses acontecimentos, uma coisa nos deve chamar a atenção para a prática política, como falei anteriormente, de fazermos como o avestruz, fazer de conta que

o problema não está acontecendo. Mas ele está acontecendo e poderão advir consequências muito graves, provenientes das pessoas que, necessariamente, em função dessa pressão, sairão obrigatoriamente dos seus territórios, havendo um processo de migração em massa para os países fronteiriços inclusive no caso do Brasil. (MS)

Nos exemplos supra-citados, há três ocorrências de modalidade expressando dúvida. Em (62), o advérbio *talvez* pode ser considerado um representante da dúvida. Já em (63), o verbo modal *poder* dá ao discurso um tom de possibilidade, de relativização, o que, no âmbito subjetivo, está em uma escala entre a dúvida e a certeza.

O uso de expressões de dúvida nos discursos pode representar a insegurança do falante ou ainda seu desconhecimento sobre o assunto. Por outro lado, o uso de expressões de dúvidas também permite ao falante, diante de um assunto polêmico, não se comprometer com o que é dito. Nesses casos, o falante ainda dispõe de outro meio de não comprometimento: o uso de verbos de crença ou opinião. Esses verbos têm como característica um valor subjetivo que dá ao falante a possibilidade de expressar suas dúvidas e incertezas, sem, muitas vezes, perder credibilidade. Observem-se os exemplos a seguir:

(64) Creio que é uma temeridade, uma irresponsabilidade o que se está pensando e o que se está fazendo. Por consequência de todo esse desmatamento desordenado, estamos vivendo em Gilbués, no meu Estado, um processo de desertificação galopante. Voando de Brasília a Teresina, percebemos como é impressionante a velocidade da desertificação, que não é e agora, mas da década de 40 ou 50. (HH)

(65) Mais uma vez chega uma missão do Fundo Monetário Internacional ao País. Creio até que já me indignei mais com o

moralismo farisaico deles. Hoje muitas personalidades, até mesmo consideradas moderadas, conservadoras, já fazem críticas preciosas ao chamado receituário do Fundo Monetário Internacional. (HH)

(66) Acredito que essa tragédia da Colômbia e tantas outras que já acompanhamos e estamos acompanhando devem nos ensinar que precisamos de uma tomada de posição cuidadosa, que não vise à disputa política pela disputa política, mas que tenha o propósito verdadeiro de resolver o problema. (MS)

(67) Nos dados que o Governo divulga é indigente quem ganha a metade da renda necessária para estar acima da linha de pobreza. Sônia Rocha usa o custo da cesta básica de alimentos em cada região do País para traçar uma linha de indigência, uma conta considerada mais precisa. É o que eu também acho. (MS)

Nos exemplos de (64) a (67), a dúvida é expressa por verbos que trazem noções de crença e opinião, ou seja, esses verbos expressam aquilo em que o falante acredita. Nos exemplos supra-citados, os verbos que expressam opinião são *crer*, *acreditar* e *achar*. Esses verbos expressam dúvidas subjetivas que fazem parte das crenças do falante. Ao usar verbos de crença, o falante não dá muitas garantias ao seu discurso, pois deixa claro que possui dúvidas e que aquilo que está dizendo está pautado somente naquilo em que ele acredita. Entretanto, ao expor suas dúvidas e suas crenças, o falante ganha credibilidade por não ter “receio” de expor isso.

As expressões de certeza são caracterizadas por meio do uso de asseverações que não abrem espaço para dúvidas. Quando faz uso de asseverações, o falante pode ganhar credibilidade por mostrar que domina o assunto. Entretanto, ao expressar certeza por meio de expressões como: *com certeza*, *sem dúvida*, *na verdade etc.*, ele pode ter seu discurso questionado, caso a

certeza apresentada não tenha fundamento real, e, assim, corre o risco de perder a credibilidade que foi adquirida. Os exemplos a seguir trazem exemplos de asseveração:

(68) Ao se filiar a um partido, a pessoa, com certeza, tem como referência o seu conteúdo programático, e não as ações circunstanciais, de acordo com os interesses da conjuntura em que, muitas vezes, os Líderes tentam enquadrar os seus liderados em processos de votação. (MS)

(69) Tenho absoluta certeza de que estamos vivendo uma oportunidade ímpar no sentido de avançar o interesse da sociedade brasileira em ter representantes que agem de acordo com regras claras e transparentes a fim de coibir a impunidade e os abusos praticados por um conjunto de representantes e agentes públicos que têm desonrado e, de certa forma, envergonhado as instituições. (MS)

(70) Dizem que as lágrimas provocam cicatrizes na alma. Certamente todo esse processo me deixou com muitas cicatrizes na alma. Mas também sei que só tem cicatrizes na alma quem não se acovardou, quem não se ajoelhou covardemente, quem esteve no campo de batalha, quem teve coragem de defender as suas posições. (HH)

(71) Para eles, o básico implica privatização com corrupção, flexibilização, imposição de superávit primário, que sabemos exatamente o que significa, e que não é poupança. Lamentavelmente, apenas fazemos pose de que mexemos no orçamento, haja vista que o País compromete 63% do PIB para

pagar juros do serviço da dívida. Na verdade, fazemos garimpagem orçamentária. (HH)

Nesses exemplos, ocorre grande comprometimento do falante com a veracidade da informação, pois expressões como *tenho absoluta certeza* e *na verdade*, presentes nos exemplos anteriores, trazem algo que não pode ser questionado pelo conceito de verdade que traz consigo. Apesar de terem ocorrido em menor número que as expressões de dúvida, as expressões de certeza tiveram um percentual elevado de ocorrência, demonstrando a necessidade de apresentar, em determinadas situações, esse tipo de modalidade para garantir maior credibilidade ao discurso.

O uso de asseverações constitui, para o *ethos* dos políticos, um indicador de conhecimento, devido à convicção com que determinada informação é apresentada.

3.2.1 Análise da frequência de ocorrência dos meios de expressão da ME

O quadro 7 a seguir traz as classes gramaticais que podem expressar a ME e suas respectivas frequências de ocorrência no *corpus* analisado:

| | N | % |
|----------------------------|----|----|
| VERBOS MODAIS | 94 | 36 |
| SUBSTANTIVOS | 69 | 26 |
| ADVÉRBIOS | 68 | 26 |
| ADJETIVOS | 17 | 6 |
| VERBOS DE CRENÇA E OPINIÃO | 16 | 6 |

Quadro 7: Frequência de ocorrência das formas de expressão da ME

Como pode ser observado no quadro 7, os verbos modais foram responsáveis pelo maior percentual de ocorrências na expressão da ME (36%). Isso ocorre pelo

caráter modalizador desses verbos, em especial os verbos *poder* e *dever*. Observem-se os exemplos a seguir:

(72) O Estado de Rondônia já está concluído; quanto ao Estado do Acre eu já falei; o Estado do Amazonas já tem um macrozoneamento do Estado na escala de 1:1.000.000 e estão trabalhando no detalhamento de regiões prioritárias para poder convalidar essas regiões prioritárias e ali já se poderia fazer o ordenamento territorial, a regularização fundiária; o Estado do Amapá também está em processo de zoneamento iniciado. Metade do Estado já está concluído. Portanto, pode ser validado; e, validada aquela parte, ali se faria a regularização fundiária. (MS)

(73) Pode até ser que das prioridades apresentadas nós, como pessoas da Casa Revisora, com alguns janeiros a mais, possamos discordar. Mas aquele foi um esforço exemplar dos jovens deste País que, talvez, nos acenem com o seguinte recado: chega de ficarem discutindo o Orçamento como se fosse uma caixa-preta a que a sociedade brasileira não tem acesso. (MS)

(74) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Tião Viana, deve ser sina minha, destino, reviver determinados filmes, como estou revivendo hoje, no debate do Orçamento. Primeiro, talvez fosse importante aprovar o Orçamento impositivo, como o projeto que tramita na Casa, para, de alguma forma, tentar possibilitar maior mecanismo de controle social. Sei que alguns têm muita preocupação com o Orçamento impositivo. (HH)

São apresentadas, nos exemplos (72), (73) e (74), as ocorrências dos dois principais verbos modais da língua portuguesa: *poder* e *dever*. Vale ressaltar que, apesar de seu caráter polissêmico (podem assumir mais de um significado), os verbos modais foram analisados de acordo com o contexto no qual estavam inseridos, atribuindo-se, assim, o valor mais adequado. Nos casos anteriores, o verbo *poder* e o verbo *dever* possuem sentido epistêmico de possibilidade, em especial no exemplo (74), em que o verbo *dever*, que geralmente possui sentido de obrigação (modalidade deôntica), assume sentido de possibilidade e representa a ME.

Além dos verbos modais, os substantivos também foram responsáveis por grande parte das ocorrências (26%). Como pode ser observado nos exemplos a seguir, os substantivos co-ocorrem ao lado de outras classes gramaticais para assumir sentido modalizador. Observem-se os exemplos a seguir:

(75) Com certeza, quem vive a realidade do Brasil e do mundo consegue, com muito pouco, desmistificar o receituário, a pose e o moralismo farisaico do Fundo Monetário Internacional. (HH)

(76) Agradeço a V. Ex^a. Concluindo, não tenho dúvida da necessidade do tratamento das causas, da democratização das políticas sociais, da possibilidade concreta da educação, do esporte, da música, da cultura, do conhecimento, do emprego, como mecanismos para minimizar o risco da violência, mas hoje é essencial uma repressão implacável dos efeitos na área de segurança pública e no sistema prisional ou nas ruas. (HH)

No exemplo (75), o substantivo *certeza*, ao lado da preposição *com*, modaliza o discurso no âmbito da certeza. O mesmo ocorre com o substantivo *dúvida* que, ao lado do advérbio de negação *não* e do verbo *ter*, dá ao discurso um caráter de certeza. O que ocorre nos exemplos (75) e (76) pode ser considerado oposto ao expresso nos exemplos (77) e (78), nos quais o substantivo modaliza o discurso

para o questionamento da informação e para a dúvida, que, nesses casos, é expressa pela subjetividade *sob meu ponto de vista, no meu entendimento*:

(77) De sorte que o Brasil está propondo uma forma de rotulagem que, sob o meu ponto de vista, é apenas uma espécie de medida, para inglês ver. Retifico: para inglês ver não é, porque os europeus já estão bastante cuidadosos. No caso, é para os brasileiros verem. (MS)

(78) No meu entendimento, vem ocorrendo uma certa protelação, até mesmo por parte do Congresso Nacional e do Executivo, não digo de todos os segmentos e de todas as autoridades envolvidas, e observamos também uma certa ansiedade, por parte das autoridades, com a liberação dos transgênicos, precipitada e de difícil compreensão. (MS)

Os advérbios também tiveram grande frequência de ocorrência no *corpus* (26%), expressando dúvida ou certeza, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

(79) Só o Brasil tem esse potencial, e deveríamos aproveitá-lo, em vez de contaminar nossa produção, comprometendo, talvez, o futuro da nossa soja. Dos três maiores produtores mundiais de soja, o Brasil é o único sem transgênicos (MS)

(80) Não há nada pior do que isso. Quando eu fazia minhas emendas, como hoje, chegava a dar agonia. É coisa de quem é cretino, como certamente eu sou. Vejo lá o perfil epidemiológico, problemas de doença de Chagas. (HH)

No exemplo (79), o advérbio *talvez* expressa dúvida, sendo o principal responsável por esse tipo de ocorrência no *corpus*. Por outro lado, em (80), o advérbio *certamente* expressa certeza.

Os adjetivos não apresentaram alta frequência de ocorrência no *corpus* (6%), o que constitui uma situação interessante, pois os adjetivos em posição predicativa são grandes responsáveis por enunciados modalizados epistemicamente. Os exemplos a seguir trazem ocorrências de adjetivos expressando possibilidade e certeza, respectivamente.

(81) O processo administrativo foi submetido a pareceres jurídicos do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Defesa sobre a questão da demarcação em faixa de fronteira. Foram ouvidos também todos os possíveis interessados. (MS)

(82) É claro que os representantes políticos são a representação da sociedade. Aqueles que fazem boas escolhas terão bons representantes; os que fazem as escolhas erradas terão maus representantes. (HH)

Apesar de os verbos em primeira pessoa terem tido uma alta frequência de ocorrência na caracterização da EV, apenas uma pequena parte desses verbos eram indicadores de crença e opinião (6%). Esse fato é importante para a análise da ME, pois os verbos de crença e opinião como *achar*, *acreditar*, *pensar* etc., além de expressarem EV, que caracteriza o falante como fonte da informação, expressam ME, por qualificarem a informação no âmbito do conhecimento do falante.

(83) Creio que o Congresso Nacional tem que buscar dar a sua parcela de contribuição, sob pena de também fazermos a política do avestruz, que, sinto, está sendo praticada pelo

Governo brasileiro, lamentavelmente, diante de um problema que nos afeta, tanto diretamente sofreremos todas as consequências, por se tratar de um país fronteiriço. (HH)

(84) Parece-me que o grande argumento é resolver o problema de Roraima. Ora, se já está em fase de conclusão, por que não aguardar essa conclusão e fazer algo consistente, coerente com o Plano de Combate ao Desmatamento; coerente com as áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade; coerente com o programa Amazônia Sustentável. (MS)

Após observar os exemplos (83) e (84), é possível verificar como os verbos de crença e opinião possibilitam a co-ocorrência de EV e de ME, pois, como dito anteriormente, existem certos tipos de ocorrências, como os exemplos supracitados, que podem caracterizar tanto ME quanto EV. No quadro 8, a seguir, é possível observar a ocorrência de formas verbais em primeira pessoa, as quais indicam EV relatada de fonte definida. E, também, é possível observar a frequência de ocorrência de formas verbais de crença e opinião em primeira pessoa indicando ME.

| | N | % |
|---|----|----|
| EV relatada de fonte definida (formas verbais em primeira pessoa) | 70 | 24 |
| ME (formas verbais em primeira pessoa indicando crença e opinião) | 14 | 6 |

Quadro 8: Frequência de ocorrência de formas verbais em primeira pessoa indicando EV relatada de fonte definida e frequência de ocorrência de formas verbais de crença e opinião em primeira pessoa indicando ME.

É interessante perceber que as senadoras fazem uso de formas verbais em primeira pessoa do singular com frequência, pois, do total de ocorrência de formas verbais na análise da EV relatada de fonte definida, 24% estavam em primeira pessoa. Entretanto, é importante ressaltar que apesar de esses verbos em primeira

pessoa poderem indicar também ME, por meio de verbos de crença e opinião, apenas 6% das ocorrências indicaram essa categoria. Dessa forma, deve-se observar que o fato de haver poucas ocorrências de formas verbais de crença e opinião representa uma preocupação das senadoras em não fazer uso desses verbos pelo caráter subjetivo e de dúvida que eles expressam, e por isso dão preferência ao uso de outras formas verbais em primeira pessoa.

Assim, a análise da ME nos discursos mostrou que o uso de expressões no âmbito da dúvida predomina nesses discursos. Dessa forma, de um modo geral, pode-se dizer que as senadoras não fazem uso frequente de expressões de comprometimento quando avaliada a ME, e, ao mesmo tempo, procuram pautar seus discursos nas afirmações de fontes terceirizadas que dão garantia e credibilidade aos discursos, como foi observado ao analisar a EV.

Outro fator que deve observado é a alta frequência de ocorrência da ME subjetiva, pois é ela que qualifica que determinada afirmação é dada com base no que o falante acredita e em seu conhecimento de mundo. Esse fato corrobora com a alta frequência de verbos em primeira pessoa, apontada na análise da EV, uma vez que o conhecimento subjetivo é geralmente expresso pela primeira pessoa.

É importante ressaltar que, apesar de haver uma alta frequência de ocorrência da ME expressando dúvida (63%), apenas uma pequena parte das ocorrências é constituída por verbos de crença e opinião (6%), os quais são representantes prototípicos de dúvida e subjetividade. Um dos possíveis motivos para essa baixa frequência de ocorrência é que esses verbos deixam evidente a dúvida e a incerteza e, por isso, tenha sido dada preferência ao uso de outras formas de expressão que deixem a dúvida menos evidente para quem ouve o discurso.

Dessa forma, a ME dá aos discursos políticos a característica da dúvida e da incerteza, representada pelo conhecimento subjetivo do falante. Essa informação corrobora a análise da EV, que mostrou que, para informações que não envolvem assuntos subjetivos, são utilizadas fontes terceirizadas como responsáveis.

Todas essas características encontradas na análise da ME e da EV possibilitaram perceber que o *ethos* construído pelos discursos políticos tem forte relação com o uso das expressões de subjetividade e da dúvida. Ademais, deixa explícito o constante uso de fontes terceirizadas como forma de isentar-se da

responsabilidade pelo que é dito, o que, mais uma vez, enfatiza o *ethos* das figuras políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva funcionalista para o estudo da língua em uso, este trabalho teve como objetivo principal analisar a ME e a EV em discursos políticos, partindo da verificação da manifestação e da expressão dessas marcas linguísticas nesses discursos. Para isso, foram selecionados discursos políticos das senadoras Marina Silva e Heloisa Helena, devido ao destaque e à presença marcante dessas duas mulheres na política brasileira.

Após a análise dos discursos selecionados, foi possível identificar algumas características importantes. A primeira delas, no que diz respeito à EV, está relacionada ao apontamento frequente de fontes definidas como responsáveis pela informação, ou seja, em seus discursos as senadoras sempre buscam fontes externas para qualificar a informação que apresentam.

A EV de fonte definida tem como característica principal o fato de apontar um nome como responsável e seu uso pode indicar busca por autoridade, isto é, apontando alguém que seja especialista na área, ou mesmo que seja credenciado de alguma forma sobre o assunto. Além da busca por autoridade para o argumento, a EV de fonte definida ainda pode indicar busca pela isenção da responsabilidade, ou seja, quando o falante determina alguém como responsável pela informação, ele fica isento da responsabilidade pela informação.

Assim, o uso frequente de EV de fonte definida indica que as figuras políticas ainda buscam outras fontes para dar credibilidade aos seus discursos, ou para não serem responsáveis por determinada informação. Por outro lado, é importante ressaltar que também são usados, com frequência, os verbos em primeira pessoa do singular, o que coloca as figuras políticas como fontes responsáveis pela informação. Entretanto, as ocorrências que trouxeram esses verbos estavam, normalmente, relacionadas a algum conhecimento de mundo, ou mesmo a alguma experiência vivenciada pelas senadoras. Assim, pode-se afirmar que, apesar de assumirem a responsabilidade pela informação, os políticos só o fazem diante de informações que não geram comprometimento e apenas expressam opinião pessoal diante de alguma situação vivenciada.

Além da EV, a ME também apontou características interessantes para os discursos políticos. A primeira delas é que há maior ocorrência de ME subjetiva, ou seja, aquela em que o falante faz comentários e apresenta informações com base

em seu conhecimento de mundo. Além disso, ao lado da subjetividade frequente, está o uso de modalizadores que expressam dúvida, o que mostra que há um cuidado no uso de modalizadores que expressam certeza, uma vez que esse tipo de modalizador implica maior responsabilidade com a veracidade da informação.

Ao apresentar algo no âmbito da certeza, o falante se compromete e corre o risco de ser questionado. Por outro lado, ao usar expressões de dúvida, o falante pode correr o risco de perder credibilidade, mas garante que seu discurso não seja questionado. Ademais, vale ressaltar que nem sempre as expressões de dúvida levam à perda de credibilidade pela informação. Dessa forma, pode-se afirmar que a frequente expressão da dúvida nos discursos políticos constitui um beneficiador, pois garante que os políticos mostrem ao público interlocutor que têm sinceridade, por exprimirem suas dúvidas e incertezas.

Todas essas características identificadas na análise da ME e da EV em discursos políticos contribuem para a constituição do *ethos* das figuras políticas. Assim, o *ethos* dos políticos é marcado pelas incertezas, pela subjetividade e pela busca de fontes terceirizadas para assumir a responsabilidade por determinada informação apresentada. Essas características, bem como o modo de se vestir, de falar, de agir, compõem o *ethos* dos políticos. É importante ressaltar que outros pontos importantes sobre o *ethos* constituído por esses discursos podem ser levantados quando estudados sob outras perspectivas teóricas.

Dessa forma, este trabalho analisou discursos na busca de fazer apontamentos relevantes sobre a constituição do *ethos* das figuras políticas, o qual tem muitas de suas características marcadas pelo uso da EV e da ME. Espera-se que os pontos aqui levantados possibilitem a realização de novas pesquisas, as quais podem revelar outras características intrínsecas aos discursos políticos, uma vez que a política nacional, a cada dia, é marcada por discursos que defendem, questionam, prometem e exprimem aquilo que a população quer ouvir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. **A categoria modalidade**. Ponta Grossa: Uniletras, 1988.

BERMÚDEZ, F. W. **Evidencialidad**. La codificación lingüística del punto de vista. Tesis doctoral. Depto. de Español, Portugués y Estudios Latinoamericanos. Universidad de Estocolmo. 2005.

BLANCHÉ, R. Les Modalités. In: _____ **Structures textuelles**. Essai sur l'organisation systématique des concepts. 2. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.

BRASIL ESCOLA, **Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho**, Disponível em: <http://www.brasilecola.com/biografia/heloisa-helena-lima-de-moraes-carvalho.htm>. Acessado em: 14 jan. 2010.

BUTLER, C.S. **Structure and Function: A Guide to Three Major Structural Functional Theories**. John Benjamins Publishing Company, 2003.

CARDOSO. F.H. **Lei nº. 9.100 de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF. 29 set. 1995. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1995/9100.htm>>. Acessado em: 20 jan. 2010.

CARIOCA, C. R. **A expressão da Evidencialidade na Língua Portuguesa**. XXI Jornada nacional de Estudos Linguísticos – GELNE: Fortaleza. 2006.

CHARADEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

COURTINE, J. J. **Metamorfoses Políticas: Derivas da Fala Pública**. São Paulo: Ed. Clara Luz, 2006.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da ME: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. Araraquara, 1995. 163p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

_____. **Modalidade e evidencialidade: forma e função**. São Paulo: FAPESP (Relatório Científico), 2001.

_____. *et al.* **Uma Investigação Funcionalista da Modalidade Epistêmica.** In: NEVES, M.H.M. (Org.) *Descrição do Português: Definindo Rumos de Pesquisa.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

DE HAAN, F. **The Relation Between Modality and Evidentiality.** 2000.

_____. **Evidentiality and Epistemic Modality: Setting Boundaries.** *Southwest Journal of Linguistics*, 1999.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

DENDALE, P. TAMOWSKI, L, **Introduction: Evidentiality and related Notions.** Belgium: *Journal of Pragmatics*, 2001.

DIK, S. **The theory of Functional Grammar.** Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. **The Theory of Functional Grammar .** Part 2: complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997 .

DUBOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) **Iconicity in syntax.** Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2000.

GIVÓN, T. **Syntax: A functional-typological introduction.** Volume I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, S.C.L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade.** 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL/UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. **Gramaticalização de predicados matrizes.** *Estudos Linguísticos XXXV.* UNESP, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. **New Horizons in Linguistics.** John Lyons (ed.), 140-164. Harmondsworth, England: Penguin. 1970.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, L. Functional Discourse Grammar. In: **Encyclopedia of Language and Linguistics**. Vol. 4. Oxford: Elsevier, 2006, 668-676.

KOCH, I. V. **A Inter-ação pela Linguagem**. São Paulo: Contexto, 1997

LANGACKER R. W. **Foundations of cognitive grammar: Theoretical Prerequisites**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

LAZARD, G. **On The Grammaticalization of Evidentiality**. Journal of Pragmatics 33. 359-357. 2001.

LUCENA, I. L. In: NOGUEIRA, M. T. (Org.). **Estudos Linguísticos de Orientação Funcionalista**. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007

_____. **A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso político**. São Paulo: Estudos Linguísticos, v.37, n.1, p.93-102, 2007.

LYONS, J. **Semantics**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições Ltda., 2006.

NEVES, M. H. M. A Modalidade In: KOCH, I.G.V. (Org). **Gramática do Português Falado IV – Desenvolvimentos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NUYTS, J. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

_____. **Epistemic modal adverbs and *adjECtives* and the layered representation of conceptual and linguistic structure.** *Linguistic* 31: 933 -969, 1993.

HENGEVELD, K. **Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish.** *Journal of semantics*, v. 6, 1988, p.227-269.

_____. **Layer and Operators in Functional Grammar.** *Journal of Linguistic*, 25, 1989, p.127-157.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: María Á. Gómez-González & J. Lachlan Mackenzie (eds). **Studies in Functional Discourse Grammar.** Bern: Peter Lang. 2005.

_____. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure.** Oxford: Oxford University Press. 2008.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso, In: ORLANDI, E.P. RODRIGUES, S.L. **Discurso e Textualidade.** Ed. Pontes, Campinas, 2006.

PALMER, F.R. **Mood and Modality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In GADET, F. e HAK, T. (org.). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução às obras de Michel Pêcheux.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. (Título original: *Analyse Automatique du Discours*. Paris, 1969).

PESSOA, N. P. In: NOGUEIRA, M. T. (Org.). **Estudos Linguísticos de Orientação Funcionalista.** Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007.

PEZATTI, E.G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos.** São Paulo: Cortez, 2004.

PINA, A. A. **Da Lógica Formal à Semântica Cognitiva.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/480/471>>.
Acessado em: 30 set. 2009.

RODRIGUES, A. P. Biografia De Marina Osmarina Da Silva Filho Ex-Ministra Do Meio Ambiente. **Diretório de Artigos Gratuitos. Disponível em:** <<http://www.artigonal.com/carreira-artigos/biografia-de-marina-silva>>. **Acesso em: 10 jan. 2010.**

SERON, D. H. **Gramaticalização da preposição desde:** uma abordagem funcional. Estudos Linguísticos XXXVI(1), janeiro-abril, 2007. p. 222 / 223

SILVA, A. Tempo Futuro e Linguagem. In: **A expressão da futuridade no português falado.** Araraquara: UNESP, FLC, Laboratório Editorial, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002a.

SILVA-CORVALAN, C. Contextual Conditions for the Interpretation of poder and deber in Spanish. In: Bybee, J; Fleischman, S. (eds). **Modality in Grammar and Discourse.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

SOUZA, E.R.F. **Gramática Funcional:** Da oração rumo ao discurso. IN: Revista Eletrônica de Linguística . Ano 2, nº 1 – 1º Semestre de 2008 – ISSN 1980-5799, disponível em: (www.dominiosdelinguagem.org.br) 23/01/2010